



Consolidação de Contas

Relatório de Atividades e de Gestão

2022

Índice

1. Relatório de Gestão Consolidado
2. Balanço Consolidado
3. Demonstração de Resultados Consolidada
4. Demonstração do Património Líquido Consolidada
5. Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada
6. Demonstrações Orçamentais
 - 6.1 Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental
 - 6.2 Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza
7. Anexo às Demonstrações Financeiras e Orçamentais Consolidadas
8. Certificação Legal de Contas



1

Relatório de Gestão Consolidado



Consolidação de Contas

Relatório de Atividades e de Gestão

2022

1. INTRODUÇÃO

O Município de Matosinhos recorreu a formas organizacionais diversas, nomeadamente de natureza empresarial, numa lógica de grupo municipal, tendo constituído duas empresas municipais para o desenvolvimento das suas atribuições e competências: em 1999, a MatosinhosHabit – MH, Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EM, que, sob a tutela da Câmara Municipal Matosinhos, teria como objeto social a gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município; e, no ano 2002, a MS – Matosinhos Sport, Empresa Municipal de Gestão e Equipamentos Desportivos e Lazer, E.M., que visaria assegurar o planeamento, a administração, a gestão e a manutenção de espaços e equipamentos desportivos da autarquia, bem como de promover e realizar atividades de animação desportiva e programas municipais de fomento desportivo.

Mais recentemente, em 2021, por força do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, operou-se a intermunicipalização definitiva da exploração, pela Sociedade de Transportes Coletivos do Porto (STCP), do serviço público de transporte de passageiros na área metropolitana do Porto, que, entre outras medidas, determinou a transmissão integral do capital social da STCP do Estado para os municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia. Por efeito da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 151/2019 e da transmissão de ações, a STCP deixou de ser uma empresa integrante do setor empresarial do Estado e passou a ser uma empresa local, conforme previsto no artigo 19.º no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto («RJAE»), pelo que a partir desse momento passou a reger-se pelo disposto nesse Regime e nas regras especiais constantes do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 151/2019.

Neste contexto se compreende que a análise das contas individuais não permite uma visão global da situação financeira do grupo municipal. Atendendo à necessidade de avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas e à necessidade de objetividade e transparência da informação, a apresentação de contas consolidadas torna-se imperativa.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo uma análise e avaliação das políticas públicas locais.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. De facto, o n.º 1 do artigo 75.º preconiza que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

De acordo com o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, diploma que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo afere-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado.

Ponderados todos estes fatores, concluiu-se que grupo autárquico engloba o Município de Matosinhos e as duas empresas municipais detidas a 100% (MatosinhosHabit - MH, EM e MS - Matosinhos Sport, EM), assim como a Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A., detida em 11,98% pelo Município de Matosinhos.

A Matosinhos Sport, empresa municipal de desporto, foi constituída com o objetivo de proporcionar um serviço de qualidade na gestão e manutenção dos equipamentos desportivos e, através dos programas municipais de fomento desportivo, incentivar a prática desportiva da generalidade dos cidadãos. Partindo deste pressuposto e procurando incrementar, melhorar e diversificar continuamente a oferta desportiva, a Matosinhos Sport, hoje denominada MS - Matosinhos Sport, Empresa Municipal de Gestão e Equipamentos Desportivos e de Lazer, E.M., apoia, de forma criteriosa, o fomento desportivo e colabora ativamente com a Câmara Municipal de Matosinhos no campo do associativismo desportivo.

A MatosinhosHabit-MH, Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, E.M., tem como objeto social a promoção e gestão de imóveis de habitação social, bem como de equipamentos coletivos do património do município, a promoção da conservação e da manutenção do parque habitacional privado, em sede designadamente de vistorias de salubridade, sendo responsável pela gestão de parque habitacional propriedade da Câmara Municipal de Matosinhos num total de mais de 4320 fogos distribuídos por todas as freguesias do concelho.

A Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A. tem como atividade principal o transporte coletivo público rodoviário de passageiros em regime de exclusividade dentro dos limites do concelho do Porto, e no regime geral de concorrência nos concelhos limítrofes integrados na Área Metropolitana do Porto – Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia. Explora o modo autocarro e o modo carro elétrico.

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, por estas entidades é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas, mas não permite traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo enquanto agregado. Nesse sentido, haverá que proceder-se à consolidação de contas, preparadas com o objetivo de proporcionarem uma imagem verdadeira e apropriadas da situação financeira e económica deste grupo.

3. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O método adotado na consolidação de contas do município de Matosinhos foi o método de consolidação integral relativamente às entidades detidas a 100% (Matosinhos Habit e Matosinhos Sport) o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas. Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante. Já no que se refere à STCP, detida em 11,98% pelo Município de Matosinhos, foi utilizado como método de consolidação o método de equivalência patrimonial, nos termos conjugados do parágrafo 5 da NCP 23, dos artigos 7º e 19º da Lei 50/2012, de 31 agosto e da Lei n.º 73/2013, de 30 de setembro. O método da equivalência patrimonial consiste basicamente na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Das entidades que pertencem ao Grupo Municipal de Matosinhos, apenas o Município de Matosinhos e a empresa Matosinhos Habit, E.M. utilizam o SNC-AP, sendo que as restantes entidades preparam as demonstrações financeiras no quadro do SNC aplicável às entidades em geral. Como tal, para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas, procedeu-se à reclassificação das contas de SNC para o SNC-AP.

Quanto à consolidação orçamental, é possível apresentar relativamente ao ano 2022 demonstrações orçamentais consolidadas dado que a Matosinhos Habit, entidade pública reclassificada que integra o perímetro de consolidação, preparou as suas demonstrações financeiras de acordo com o SNC-AP.

Por fim, ressalva-se que o presente relatório não contém informações da contabilidade de gestão de acordo com a NCP 27, uma vez que, apesar de todas as entidades do grupo autárquico terem implementada a contabilidade de gestão, naturalmente que não cumprem com a referida norma em toda a sua extensão, o que impede de consolidar a este nível.

4. ANÁLISE PATRIMONIAL

4.1. Enquadramento macroeconómico

A atividade económica em Portugal, já em 2008, mas sobretudo a partir de 2009, foi fortemente condicionada pela propagação dos efeitos da crise financeira e económica internacional, que se fez sentir, igualmente, nos principais parceiros comerciais do nosso país. A quebra das receitas do Estado e, em geral, o funcionamento dos estabilizadores automáticos, a par das medidas, concertadas entre os vários Estados-membros da União Europeia, de estímulo à economia e de apoio às empresas, aos desempregados e às famílias, tiveram consequências negativas sobre as contas públicas de todos os países. Portugal não foi exceção, pelo que o processo de consolidação orçamental foi interrompido em 2008, em grande parte devido a uma significativa diminuição das receitas fiscais.

A economia portuguesa esteve desde 2011, e até maio de 2014, sob influência do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) acordado entre o governo português e o FMI, a Comissão Europeia e o BCE, programa esse que incorporou uma estratégia que visava corrigir os desequilíbrios macroeconómicos e financeiros e proceder a uma alteração estrutural da economia portuguesa, criando as condições para um crescimento económico sustentado e gerador de emprego. O súbito e substancial agravamento das condições de financiamento da economia portuguesa em 2011, conjugada com altos níveis de endividamento, impôs substituir financiamento privado por financiamento oficial. A consolidação orçamental, conjugada com um rápido ajustamento por parte das empresas e das famílias portuguesas, conduziu a uma forte contração da procura interna tanto do lado do consumo (público e privado), como, e especialmente, do lado do investimento. Este efeito de compressão da procura interna resultou num ajustamento mais rápido que o previsto dos saldos negativos da balança corrente, quer por via da redução das importações, quer pelo aumento das exportações, em parte associado ao esforço das empresas portuguesas na procura de novos mercados para colocação dos seus produtos, sendo de destacar o contributo relevante de empresas surgidas ao longo da última década. Assim, apesar do contexto internacional desfavorável em que foi implementado o PAEF, há que registar uma correção assinalável dos desequilíbrios económicos internos e externos da economia portuguesa, a consolidação estrutural muito significativa das contas públicas, a melhoria do saldo das contas externas, traduzida numa capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa, bem como uma reafecção de recursos no sentido dos setores produtores de bens e serviços transacionáveis.

O ano 2014 ficou marcado por um aumento de 0,9% do PIB (face a -1,6% em 2013), a primeira variação positiva registada desde 2010. Em 2015 manteve-se a recuperação gradual da atividade económica iniciada em 2013, registando-se um crescimento do PIB de 1,5%, em termos reais, caracterizada, essencialmente, por um maior crescimento da procura interna, em particular do consumo privado, e por uma ligeira desaceleração das exportações. Já no ano 2016, a atividade económica apresentou um crescimento moderado, prolongando o perfil de desaceleração iniciado na segunda metade de 2015. Mas, a evolução do mercado de trabalho em 2016 caracterizou-se por um aumento do emprego acima do Valor Acrescentado Bruto, mantendo-se o perfil de recuperação verificado a partir do 2.º trimestre de 2013. Embora tenha permanecido em níveis elevados, observou-se uma redução de 1,3 p.p. da taxa de desemprego, num quadro de dinamismo salarial superior ao registado nos anos anteriores.

Em 2017 o PIB cresceu em termos reais 2,7%, valor próximo do observado na média da área do euro, fruto de um enquadramento externo muito favorável, tendo sido as exportações e o investimento os motores da aceleração da economia portuguesa. No mercado de trabalho, registou-se o aumento da

população ativa, após seis anos consecutivos de queda. O emprego aumentou 3,3%, a taxa de desemprego reduziu-se de 11,1% para 8,9%, mas a produtividade por trabalhador no conjunto da economia continuou a diminuir. Já em 2018 o PIB cresceu, em termos reais, 2,1%, num contexto de desaceleração generalizada na área do euro, refletindo essencialmente um crescimento do emprego, mas não por um aumento da produtividade. O processo de ajustamento macroeconómico prosseguiu, designadamente na sua vertente de redução do endividamento dos vários setores da economia e, por esta via, dos desequilíbrios acumulados no passado. Em 2019, a economia portuguesa continuou a registar uma expansão, embora desacelerando pelo segundo ano consecutivo. Há, assim, a realçar que a economia portuguesa registou em 2019 o sexto ano consecutivo de expansão económica. Porém, as exportações desaceleraram e foi a procura interna o motor do crescimento económico, suportada pela manutenção de condições financeiras favoráveis e melhorias no mercado de trabalho. O crescimento do PIB e do PIB per capita em Portugal continuou a ser superior ao da área do euro. Um traço marcante da economia portuguesa em 2019, que contrasta com os anos anteriores, foi o aumento significativo da produtividade aparente do trabalho, em particular, nos serviços. Quanto ao setor das administrações públicas, verificou-se em 2019 uma melhoria do saldo orçamental para uma situação de excedente, determinado pela diminuição significativa dos encargos com o serviço da dívida e pelo contributo positivo da atividade económica, dado o crescimento do PIB acima do produto potencial.

Esta realidade económica foi, entretanto, alterada de forma abrupta e dramática pela crise pandémica no final do primeiro trimestre de 2020. Esta crise constituiu um choque negativo de grandes proporções sobre a saúde pública mundial, com consequências igualmente muito adversas na situação económica dos países. Pese embora a resposta política, quer a nível nacional, quer municipal, tenha sido rápida e decisiva, procurando suportar a saúde e rendimento das famílias mais afetadas e garantir que a atividade económica pudesse ser retomada com o mínimo de disrupção, os efeitos negativos profundos e prolongados no tempo, perturbaram o processo de ajustamento da economia portuguesa. A execução orçamental, quer em 2020, quer em 2021, foram manifestamente afetadas por estes efeitos. A prioridade, numa fase inicial, concentrou-se na prevenção da doença e contenção da pandemia que afetou particularmente a região do Grande Porto em que Matosinhos se insere, encerrando serviços e suspendendo licenças de ocupação de espaço público e outras atividades económicas. Sem comprometer as medidas de contenção da pandemia, emergiu a necessidade de aprofundamento das medidas excecionais de apoio às famílias, instituições e microempresas, assim como agentes culturais, medidas essas que tiveram reflexo direto nas rubricas das transferências correntes, de aquisição de bens e serviços e de perda de receitas municipais.

Após a queda de 8,4% em 2020, o PIB cresceu 4,9% em 2021, o consumo privado e as exportações totais situavam-se próximos do valor do final de 2019, enquanto o consumo público, a Formação Bruta de Capital Fixo (isto é, o investimento corrente em ativos fixos) e as importações se situavam acima. O perfil intra-anual foi marcado por uma redução da atividade no início do ano – reflexo de uma nova vaga da pandemia e confinamento geral – e por uma forte recuperação nos trimestres seguintes, impulsionada pelo aumento da confiança associado aos progressos na vacinação e não obstante os constrangimentos da oferta. No último trimestre, o ritmo de crescimento reduziu-se, na sequência de uma nova variante do vírus e da adoção de novas medidas de contenção. Após uma quase estabilização em 2020, o consumo público cresceu 4,1% em termos reais em 2021. A inflação aumentou em 2021 para 0,9%, devido principalmente à evolução dos preços dos bens energéticos e em resultado de pressões externas.

As perturbações causadas pela subida dos preços dos produtos energéticos e pela escassez de alguns bens essenciais na atividade económica mundial representam um novo desafio, com consequências negativas na atividade e, sobretudo, nas taxas de inflação. A invasão da Ucrânia pela Rússia em finais de fevereiro de 2022 contribui para intensificar as pressões inflacionistas e para limitar o dinamismo económico na área do euro e em Portugal. O conflito veio agravar a subida de preços das matérias-primas energéticas e de diversos bens primários. O impacto negativo sobre a atividade decorre também da redução da confiança das famílias e dos empresários, da turbulência nos mercados financeiros, bem como dos efeitos das sanções impostas à Rússia sobre os fluxos comerciais e financeiros. A subida acentuada da inflação na área do euro e a sua persistência levaram o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) a iniciar um processo de normalização da política monetária. Os aumentos das taxas de juro de política têm-se repercutido no custo de financiamento das empresas e famílias, o que contribui para conter as pressões inflacionistas. A diminuição da inflação é essencial para a recuperação do poder de compra das famílias e para suportar uma retoma da atividade em contexto de menor incerteza. A atividade económica registou a partir do segundo trimestre de 2022 uma forte desaceleração, após o período de recuperação da crise pandémica. Num contexto de inflação elevada e estagnação do rendimento disponível real, a resiliência do consumo é explicada pelo desempenho do mercado de trabalho, pelo impacto das medidas públicas de apoio e pelo recurso às poupanças acumuladas durante a pandemia. O consumo privado nominal aumenta 12,8% em 2022, muito acima da variação do rendimento disponível (6,4%), o que se traduz numa redução da taxa de poupança para 4,4% (redução da almofada financeira acumulada durante a pandemia).

Apesar de tudo, e concretamente do impacto que todo este contexto macroeconómico teve nas diversas entidades que integram o perímetro de consolidação, especialmente no que concerne aos custos do gás natural que assumem algum peso na estrutura de gastos, quer na Matosinhos Sport (aquecimento da água e ambiente das piscinas) quer na STCP, cuja frota é constituída em cerca de 80% por veículos movidos a gás, como poderemos constatar ao longo do presente documento e de acordo com as demonstrações financeiras, o desempenho do grupo municipal em 2022 foi globalmente positivo.

4.2 Análise do Balanço

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Autárquico à data de encerramento do exercício 2022, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e o Património Líquido do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

Pela análise do Balanço resumido apresentado no Quadro n.º 1, constata-se que enquanto que o Ativo e o Património Líquido verificaram um crescimento de 1,57% e 2,38% respetivamente, o Passivo assistiu em 2022 a uma redução, face a 2021, de 5,43%, para o qual contribuiu essencialmente a redução de outras contas a pagar (sobretudo a diminuição das cauções).

O Balanço Consolidado quando comparado com o Balanço individual do Município de Matosinhos permite verificar o forte peso do enquanto entidade-mãe, cuja representatividade é superior a 99,8% e, como tal, responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

Em 2022 o ativo das contas consolidadas do Município de Matosinhos atingiu os 766,6 milhões de euros, o que representa um aumento de 11,8 milhões de euros face ao ano anterior (1,57%). Do total do ativo, 89,0% constitui o ativo não corrente e 11,0% o ativo corrente.

Os ativos não correntes, correspondem, *lato senso*, ao que anteriormente se designava por Imobilizado, que englobava os bens de domínio público, as imobilizações incorpóreas, corpóreas e os investimentos financeiros. Com a entrada em vigor do SNC-AP os ativos não correntes foram reorganizados de forma diversa, desagregando-se em ativos fixos tangíveis, em propriedades de investimento, ativos intangíveis e participações financeiras. Enquanto que se verifica uma relativa correspondência entre os ativos intangíveis e as antigas imobilizações incorpóreas, assim como entre os investimentos financeiros e as participações financeiras, o mesmo já não se passa em relação às restantes contas, pelo que parte dos ativos foi objeto de reclassificação como propriedades de investimento, considerando-se como tal os ativos que geram benefícios económicos futuros ou potencial de serviço. As propriedades de investimento identificadas correspondem ao montante de 3,2 milhões de euros.

Os ativos fixos tangíveis representam 85,5% do total do ativo, tendo registado um aumento de 13,2 milhões de euros face ao ano 2021. Este aumento deve-se essencialmente, como se poderá constatar na nota 5 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas (doravante ADFC), ao facto das adições (aquisições) de ativos ter sido superior nesse montante às depreciações e diminuições ocorridas no período.

Já ao nível das participações financeiras, há que registar uma relativa estabilidade: variação inferior a 200 mil euros. As variações ocorridas nesta rubrica devem-se maioritariamente à STCP e aos ajustamentos na participação dessa empresa intermunicipal em função dos respetivos resultados, decorrente da aplicação do método de equivalência patrimonial, tal como vem expresso na nota 18.3 do ADF.

Quadro n.º 1
Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado

(Un: Euros)

Rubricas	2022	2021	Variação 2022/21	Variação 2021/20
ATIVO				
Ativo não corrente	682 283 048,30	669 278 342,16	13 004 706,14	1,94%
Ativos fixos tangíveis	655 587 720,22	642 374 346,71	13 213 373,51	2,06%
Propriedades de investimento	3 162 726,78	3 163 273,32	-546,54	-
Ativos intangíveis	1 165 261,82	1 482 751,12	-317 489,30	-21,41%
Participações financeiras	20 669 224,33	20 472 667,74	196 556,59	0,96%
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis				
	16 213,79	16 213,79	0,00	0,00%
Outros ativos financeiros	33 204,44	29 025,32	4 179,12	-
Diferimentos	140 243,77	64 005,11	76 238,66	119,11%
Outras contas a receber	1 508 453,15	1 676 059,05	-167 605,90	-10,00%
Ativo corrente	84 300 254,35	85 461 564,08	-1 161 309,73	-1,36%
Inventários	89 936,56	80 783,33	9 153,23	11,33%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	3 482 179,22	3 164 910,68	317 268,54	10,02%
Clientes, contribuintes e utentes	614 631,04	599 264,41	15 366,63	2,56%
Estado e outros entes públicos	231 668,55	186 717,72	44 950,83	24,07%
Outras contas a receber	43 575 583,49	42 997 585,91	577 997,58	1,34%
Diferimentos	1 570 756,38	323 991,77	1 246 764,61	384,81%
Caixa e depósitos	34 735 499,11	38 108 310,26	-3 372 811,15	-8,85%
Total Ativo	766 583 302,65	754 739 906,24	11 843 396,41	1,57%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património Líquido				
Património/Capital	479 769 843,51	479 654 521,76	115 321,75	0,02%
Reservas	3 809 590,18	3 478 813,76	330 776,42	9,51%
Resultados transitados	42 281 946,81	39 122 098,40	3 159 848,41	8,08%
Ajustamentos em ativos financeiros	-21 753 757,61	-21 929 688,49	175 930,88	-
Outras variações no património líquido	178 339 652,27	172 500 497,86	5 839 154,41	3,39%
Resultado líquido do período	9 958 189,95	3 475 379,52	6 482 810,43	186,54%
Total Património Líquido	692 405 465,11	676 301 622,81	16 103 842,30	2,38%
PASSIVO				
Passivo não corrente	50 054 657,64	54 786 138,61	-4 731 480,97	-8,64%
Provisões	9 062 610,64	10 343 054,58	-1 280 443,94	-12,38%
Financiamentos obtidos	39 475 169,55	39 036 171,92	438 997,63	1,12%
Diferimentos	1 508 453,15	5 400 059,05	-3 891 605,90	-72,07%
Outras contas a pagar	8 424,30	6 853,06	1 571,24	22,93%
Passivo corrente	24 123 179,90	23 652 144,82	471 035,08	1,99%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis				
	59 400,00	6 150,00	53 250,00	865,85%
Fornecedores	1 996 540,19	1 658 683,75	337 856,44	20,37%
Estado e outros entes públicos	172 149,69	171 086,25	1 063,44	0,62%
Financiamentos obtidos	3 298 817,10	2 904 050,81	394 766,29	13,59%
Fornecedores de investimentos	192 546,69	585 664,36	-393 117,67	-67,12%
Outras contas a pagar	14 735 142,04	18 112 114,78	-3 376 972,74	-18,64%
Diferimentos	3 668 584,19	214 394,87	3 454 189,32	1611,13%
Total Passivo	74 177 837,54	78 438 283,43	-4 260 445,89	-5,43%
Total Património Líquido e Passivo	766 583 302,65	754 739 906,24	11 843 396,41	1,57%

As dívidas de terceiros de curto prazo representam 6,2% do ativo (exatamente o mesmo peso que apresentavam em 2021) e assistiram, entre 2021 e 2022, a um aumento do seu valor absoluto de 956 mil de euros.

Os diferimentos ascendem a 1,6 milhões de euros e dizem respeito a gastos a reconhecer, verificando-se um aumento relativamente ao ano anterior na ordem dos 1,2 milhões de euros. Encontram-se os mesmos detalhados no mapa 23.2 do ADFC.

É de observar uma redução do saldo de disponibilidades de 38,1 milhões de euros em 2021 para 34,7 milhões de euros em 2022, redução esta correlacionada com a redução do saldo de gerência a transitar para o ano seguinte.

Em relação ao passivo, as contas consolidadas do Município fecharam com um valor de 74,2 milhões de euros, sendo constituído em 67,5% por passivo não corrente e em 32,5% por passivo corrente, o que representa uma redução de 5,43% face ao ano anterior, e que, em termos absolutos, representa uma variação de 4,3 milhões de euros. Esta variação expressiva resulta essencialmente dos movimentos ocorridos ao nível do passivo não corrente, tais como as provisões (1,3 milhões) e os diferimentos (3,9 milhões): enquanto que a redução das provisões se deve à revisão em baixa das eventuais obrigações decorrentes dos processos judiciais que se encontram em curso, já em relação aos diferimentos, a redução de 3,9 milhões de euros decorre essencialmente da retificação da conta relativa à constituição de direito de superfície oneroso para conclusão da obra implantada em terreno municipal (CEBES).

As rubricas de fornecedores e fornecedores de investimento assistiram globalmente a uma ligeira redução na ordem 55 mil euros.

Importa clarificar que ao nível dos financiamentos obtidos (empréstimos), em termos do balanço, e como já acontecia no referencial contabilístico anterior (POCAL), embora agora de forma mais evidente, o capital em dívida encontra-se subdividido em duas parcelas: uma no passivo não corrente (a que não é exigível a curto prazo, i.e., vencimento para além de um ano) e outra no passivo corrente (a parte que será exigível no curto prazo, isto é, no decurso do ano 2023).

Relativamente às outras contas a pagar, registamos uma redução relevante do seu volume em 18,6%, que como se poderá constatar no detalhe destas contas, que se encontra plasmado no Mapa 18.2.1 do ADFC, se deve essencialmente à restituição de cauções prestadas e aos outros credores.

O Património Líquido do grupo autárquico totaliza, no final de 2022, 692 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de cerca de 16 milhões de euros relativamente ao ano anterior. Este crescimento é consequência, essencialmente, de 3 fatores: por um lado, da reclassificação ocorrida ao nível dos subsídios de capital, que por se considerar que os mesmos não serão objeto de reversão, foram transitados para a conta 59.3 “Outras variações no património líquido - Transferências e subsídios de capital” (representativas de uma variação positiva 5,8 milhões de euros); por outro lado, do aumento do resultado líquido do período apurado em 2022, supera o resultado de 2021 em 6,5 milhões de euros; e, por fim, da variação ocorrida na conta 56 de Resultados Transitados decorrente da incorporação dos Resultados Líquidos do Exercício apurados em 2021, de acordo com o deliberado pelos órgãos colegiais.

4.3 Análise da Demonstração de Resultados

O resultado líquido ascende a cerca de 10 milhões de euros, bastante mais elevado do registado no período homólogo. Os rendimentos em 2022 foram sensivelmente de 143 milhões de euros para um nível de gastos de cerca de 133 milhões de euros, tendo-se verificado um aumento de cerca de 6,8% nos rendimentos e de 2,0% dos gastos.

Quadro n.º 2
Síntese da Demonstração de Resultados

(Un: Euros)

Rubricas	2022	2021	Variação 2022/21	Var. % 2022/21
Impostos, contribuições e taxas	71 551 271,84	68 527 116,27	3 024 155,57	4,4%
Vendas	39 962,69	32 592,88	7 369,81	22,6%
Prestações de serviços e concessões	20 801 317,62	21 718 743,82	-917 426,20	-4,2%
Transferências e subsídios correntes obtidos	42 527 825,66	37 665 968,73	4 861 856,93	12,9%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	10 033,75	10 003,21	30,54	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 393 199,32	-1 181 068,60	-212 130,72	18,0%
Fornecimentos e serviços externos	-36 937 367,35	-33 006 998,50	-3 930 368,85	11,9%
Gastos com pessoal	-48 316 186,53	-45 571 388,43	-2 744 798,10	6,0%
Transferências e subsídios concedidos	-19 243 002,75	-22 900 029,48	3 657 026,73	-16,0%
Prestações sociais	-134 414,21	-180 272,84	45 858,63	-25,4%
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	31 406,46	-834,97	32 241,43	-3861,4%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-254 081,44	-206 431,91	-47 649,53	23,1%
Provisões (aumentos/reduções)	1 280 443,94	1 086 608,44	193 835,50	17,8%
Outros rendimentos	7 111 786,08	6 269 760,69	842 025,39	13,4%
Outros gastos	-5 234 666,45	-5 189 879,47	-44 786,98	0,9%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	31 841 129,99	27 073 889,84	4 767 240,15	17,6%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-21 231 638,37	-22 863 925,33	1 632 286,96	-7,1%
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	10 609 491,62	4 209 964,51	6 399 527,11	152,0%
Juros e rendimentos similares obtidos	109 063,11	41 674,86	67 388,25	161,7%
Juros e gastos similares suportados	-754 558,73	-739 665,70	-14 893,03	2,0%
Resultado antes de impostos	9 963 996,00	3 511 973,67	6 452 022,33	183,7%
Imposto sobre o rendimento do período	-5 806,05	-36 594,15	30 788,10	-84,1%
Resultado líquido do período	9 958 189,95	3 475 379,52	6 482 810,43	186,5%

Pela análise do Quadro n.º 2, podemos verificar que se assistiu a um aumento de 9,1 milhões de euros dos rendimentos face ao ano anterior. O mesmo sucedeu com os gastos, embora em menor escala: o aumento foi de sensivelmente 2,6 milhões de euros.

À semelhança dos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos são os gastos com o pessoal (36,3%), os fornecimentos e serviços externos (27,7%) e as transferências e subsídios concedidos (14,4%). Só estas 3 rubricas são responsáveis por cerca de 78% do total de gastos. Se a estes somarmos as depreciações e amortizações atingiremos os 94,4% do total de gastos em 2022. Trata-se, portanto, de uma estrutura muito semelhante à do ano transato.

Comparativamente com o período de 2021, os fornecimentos e serviços externos assistiram a um aumento de 11,9%, correspondendo em termos absolutos a 3,9 milhões de euros, essencialmente fruto do aumento dos gastos com refeições escolares, com a recolha e tratamento de resíduos urbanos e manutenção dos espaços verdes.

Já os gastos com o pessoal tiveram um aumento de 6% (cerca de 2,7 milhões de euros) em parte devido à atualização dos vencimentos dos funcionários públicos, outra parte resultante da delegação de competências decorrente do processo de descentralização administrativa, sendo o restante aumento motivado por novas admissões, mobilidades intercategorias e intercarreiras.

As depreciações e amortizações do exercício reduziram em cerca de 1,6 milhões de euros em relação ao valor que haviam assumido em 2021, que corresponde a um aumento de 7,1%, ascendendo neste ano ao valor de 21,2 milhões de euros.

Na rubrica de impostos, contribuições e taxas há que distinguir duas realidade: a uma redução numa das suas componentes de maior expressão (Imposto Municipal sobre Imóveis), assim como nas taxas de loteamento e obras, assistimos também, por outro lado, em sentido inverso, a um crescimento dos proveitos decorrentes do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), da Derrama, do Imposto Único de Circulação (IUC) e das taxas de ocupação da via pública, que conseguiram, por si só, mais que balancear as reduções sentidas em outras componentes, fazendo com que o saldo final fosse francamente positivo (crescimento de 4,4%, o que representa 3 milhões de euros).

No que concerne à rubrica de transferências e subsídios obtidos, que representa quase 30% dos rendimentos e ganhos, há que sublinhar o seu crescimento em cerca de 13%, justificado maioritariamente pelo incremento do Fundo Social Municipal em cerca de 3,2 milhões de euros e pelo aumento do valor proveniente das transferências de competências no âmbito da educação e ação social, em cerca de 1,2 milhões de euros, apesar da variação negativa, entre 2021 e 2022, na ordem dos 515 mil euros, do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF).

A rubrica de outros rendimentos e ganhos totaliza 7,1 milhões de euros, tendo registado um aumento de cerca de 13%, o que representa um montante na ordem dos 842 mil euros, e que resulta do registo dos subsídios de capital.

4.4 Dívida do Grupo Municipal

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: do nível de receitas arrecadadas, por um lado e do volume de investimento a realizar, por outro.

O recurso ao financiamento bancário tem-se revelado uma importante estratégia para fazer face às despesas de investimento do grupo municipal. Há que registar que em 2022 houve lugar ao pedido de financiamento bem assim como à utilização de empréstimo de médio e longo prazo por parte do Município de Matosinhos. À semelhança de 2021, assistiu-se em 2022 a um crescimento da dívida, de médio e longo prazo, em 2%, passando a dívida de 41.933.289,80 euros, em 2021, para 42.773.986,65 euros em 2022.

Quadro n.º 3
Evolução do Stock da Dívida

(Un: Euros)

Descrição	2019	2020	2021	2022
1- Dívida de Médio Longo Prazo no início do período	45 655 763,63	40 354 342,43	35 252 270,06	41 933 289,80
2 - Empréstimos contraídos e utilizados no período	0,00	0,00	11 536 689,13	3 728 912,25
3 - Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - Amortizações do período	5 301 421,20	5 102 072,37	4 855 669,39	2 888 215,40
Dívida no final do período (1+2+3-4)	40 354 342,43	35 252 270,06	41 933 289,80	42 773 986,65
Taxa de Crescimento da Dívida	-14,3%	-12,6%	19,0%	2,0%

Este aumento de 840 mil euros deveu-se, como se pode verificar da leitura do quadro n.º 3, por um lado à contratação e respetiva utilização de novos empréstimos, e por outro à amortização dos empréstimos contraídos em anos anteriores. O quadro n.º 3 espelha a evolução da dívida decorrente de empréstimos de médio e longo prazo do grupo municipal nos últimos quatro anos, e que se circunscreve ao Município.

No quadro n.º 4 encontram-se desagregadas as utilizações de capital ocorridas em 2022, que totalizam 3,7 milhões de euros.

Quadro n.º 4
Financiamento bancário

(Un: Euros)

Designação	Utilização capital 2022	Peso %
Ligação da Av. Edison Magalhães à Escola Básica da Cruz de Pau	210 790,86	
Mobilidade em Matosinhos: Ligação da A28 à PETROGAL	106 060,54	
Valorizar as Pessoas: Educação - Reabilitação da EB da Agudela	748 678,72	
Mobilidade em Matosinhos: Ligação entre a Barranha e Cruz de Pau	718 625,92	
Subtotal Empréstimo CGD N.º 2594/001404/291 até ao montante de 9.551.819,47€	1 784 156,04	47,85
Programa Qualidade 100%	248 185,82	
Aquisição de Fração "X", Loja nº 22 do Edifício da Antiga Câmara	58 090,00	
Subtotal Empréstimo CGD N.º 2594/002118/991 até ao montante de 17.378.941,50€	306 275,82	8,21
Empréstimo-Quadro do QREN - BEI - requalificação Escola Secundária Abel Salazar - Leça da Palmeira	1 638 480,39	
Subtotal Empréstimo-Quadro do QREN - BEI	1 638 480,39	43,94
Total Passivos Financeiros	3 728 912,25	100,0

4.5 Indicadores Económico-Financeiros

Os indicadores económico-financeiros estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras (Balanço e Demonstração de Resultados) e são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua performance, servindo para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não

poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores, apresentados no quadro n.º 5 relativamente ao grupo autárquico, permitem-nos ter uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Quadro n.º 5

Indicadores	2022	2021	Variação
Estrutura do Ativo			
Ativo não Corrente / Ativo Total	89,0%	88,7%	0,4%
Ativo Corrente / Ativo Total	11,0%	11,3%	-2,9%
Ativo não Corrente / Ativo Corrente	809,2%	783,1%	3,3%
Estrutura do Passivo			
Passivo não Corrente / Passivo Total	67,5%	69,8%	-3,4%
Passivo Corrente / Passivo Total	32,5%	30,2%	7,8%
Passivo não Corrente / Passivo Corrente	207,5%	231,6%	-10,4%
Análise do Ativo não Corrente			
Investimentos / Endividamento a médio longo prazo	17,2	17,1	0,8%
Índices de Liquidez			
Ativo Corrente / Passivo Corrente	3,5	3,6	-3,3%
Disponibilidades / Passivo Corrente	1,4	1,6	-10,6%
Índice de Solvência			
Dívidas a terceiros / Ativo total	7,8%	8,3%	-5,5%
Índice de Solvabilidade			
Património Líquido / Passivo	9,3	8,6	8,3%
Índice de Autonomia Financeira			
Património Líquido / Ativo	90,3%	89,6%	0,8%
Rendimento do Património Líquido			
Resultado Líquido / Património Líquido	1,44%	0,51%	179,9%

Pela análise dos rácios da estrutura do ativo, podemos ver que ela não se alterou muito entre 2021 e 2022, tendo-se, no entanto, assistido a um ligeiro reforço do peso do ativo não corrente sobre o total do ativo o que determinou que o peso do ativo não corrente sobre o corrente tenha passado de 783,1% em 2021 para 809,2% em 2022, ou seja, o ativo não corrente é agora cerca de 8,1 vezes superior ao corrente.

Já no que se refere à estrutura do passivo, em virtude da alteração da contabilização dos subsídios de capital que, até 2020, vinham sendo contabilizados no passivo corrente (diferimentos) e que, por força do disposto na NCP 14 foram reclassificados em património líquido, assistiu-se a uma clara inversão do peso de cada uma das componente (não corrente e corrente) no total do passivo. O passivo não corrente é agora cerca de 2,1 vezes superior ao corrente.

O ativo não corrente constitui basicamente o investimento direto do grupo autárquico. Ao compararmos esta componente do ativo (investimentos) com o endividamento a médio e longo prazo, verificamos que, em 2022, o primeiro supera o segundo em cerca de 17 vezes, o que significa que apenas cerca de 6% do ativo não corrente avaliado está a ser financiado por endividamento a médio e longo prazo. Este indicador representa a garantia, em bens, do grupo municipal aos seus financiadores. No entanto, e como já foi atrás referido, há que ter algum cuidado ao analisá-lo, já que cerca de 20% do total de ativos são bens de domínio público. Portanto, este indicador de solvência deverá ser encarado como meramente indicativo.

Passando agora à análise dos índices de liquidez, poderemos constatar uma ligeira redução em ambos: por um lado, o aumento do passivo corrente face ao decréscimo no ativo corrente, mesmo quando o segundo é subtraído dos inventários, e, por outro lado, a redução das disponibilidades, de 2021 para 2022, conjugado com o aumento, mas de montante inferior, do passivo corrente fez com que o rácio passasse de 1,6% para 1,4%.

Da análise de índice de solvência, podemos corroborar a manutenção, e até mesmo o reforço, de uma situação financeira positiva do grupo autárquico: de facto, o peso das dívidas a terceiros no ativo total é de apenas 7,8%, o que represente numa melhoria de 5,5% face ao ano transato. O mesmo sucede com o índice de autonomia financeira, que aumentou quase 1 p.p. face a 2020, o que representa uma variação positiva de 0,8%.

Já o indicador relativo ao Rendimento do Património Líquido apresenta uma variação positiva de cerca de 180%, sendo que a razão entre o resultado líquido do exercício e o património líquido se reforçou bastante entre 2021 e 2022 (quase triplicou).

5. MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais, quer de operações de tesouraria.

Quadro n.º 6
Resumo dos Fluxos de Caixa

(Un: Euros)

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da Gerência anterior	38 108 310,26	Pagamentos	146 016 674,45
Execução Orçamental	30 849 792,10	Atividades operacionais	110 076 775,79
Operações de Tesouraria	7 258 518,16	Atividades de investimento	32 393 457,61
		Atividades de financiamento	3 546 441,05
Recebimentos	142 643 863,30	Saldo para a Gerência Seguinte	34 735 499,11
Atividades operacionais	128 356 933,66	Execução Orçamental	29 095 593,70
Atividades de investimento	10 458 860,87	Operações de Tesouraria	5 639 905,41
Atividades de financiamento	3 828 068,77		
Total	180 752 173,56	Total	180 752 173,56

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo municipal como um todo durante o ano 2022, aparece refletido no Quadro n.º 6, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam a 142.643.863,30 euros, dos quais 128.356.933,66 euros são provenientes de atividades operacionais (90,0%).

Desta forma, sendo o volume de pagamentos (146.016.674,45 euros) superior em 3.372.811,15 euros aos recebimentos, e existindo um saldo inicial de 38.108.310,26 euros, o saldo a transitar para a gerência seguinte será de 34.735.499,11 euros, dos quais 5.639.905,41 euros correspondem a operações de tesouraria.

Estas Operações de Tesouraria (OT) são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial. São consideradas OT as cobranças que os serviços municipais realizam para terceiros.

2

Balanço
Consolidado



Consolidação
de Contas

Relatório de Atividades e de Gestão

2022

BLC - BALANÇO CONSOLIDADO

GRUPO MUNICIPAL

PERÍODO		ANO	
2022/01/01 - 2022/12/31		2022	
Rubricas	Notas	Datas	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente		682 283 048,30	669 278 342,16
Ativos fixos tangíveis	5/14	655 587 720,22	642 374 346,71
Propriedades de investimento	8	3 162 726,78	3 163 273,32
Ativos intangíveis	9/18	1 165 261,82	1 482 751,12
Participações financeiras	18.3	20 669 224,33	20 472 667,74
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	18.1.1	16 213,79	16 213,79
Cientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Outros ativos financeiros	2	33 204,44	29 025,32
Diferimentos	23.2	140 243,77	64 005,11
Outras contas a receber	18.1	1 508 453,15	1 676 059,05
Ativo corrente		84 300 254,35	85 461 564,08
Inventários	9/10	89 936,56	80 783,33
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		3 482 179,22	3 164 910,68
Cientes, contribuintes e utentes	9	614 631,04	599 264,41
Estado e outros entes públicos	23.1	231 668,55	186 717,72
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber	9/18.1	43 575 583,49	42 997 585,91
Diferimentos	23.2	1 570 756,38	323 991,77
Caixa e depósitos	1/18.1	34 735 499,11	38 108 310,26
Total Ativo		766 583 302,65	754 739 906,24
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Líquido			
Patrimônio/Capital		479 769 843,51	479 654 521,76
Reservas		3 809 590,18	3 478 813,76
Resultados transitados		42 281 946,81	39 122 098,40
Ajustamentos em ativos financeiros	20.3	-21 753 757,61	-21 929 688,49
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no patrimônio líquido	14	178 339 652,27	172 500 497,86
Resultado líquido do período		9 958 189,95	3 475 379,52
Total Patrimônio Líquido		692 405 465,11	676 301 622,81
PASSIVO			
Passivo não corrente		50 054 657,64	54 786 138,61
Provisões	15.1	9 062 610,64	10 343 054,58
Financiamentos obtidos	7	39 475 169,55	39 036 171,92
Fornecedores		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Diferimentos	23.2	1 508 453,15	5 400 059,05
Outras contas a pagar	18.2	8 424,30	6 853,06
Passivo corrente		24 123 179,90	23 652 144,82
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	59 400,00	6 150,00
Fornecedores	18	1 996 540,19	1 658 683,75
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	23.1	172 149,69	171 086,25
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	3 298 817,10	2 904 050,81
Fornecedores de investimentos	18	192 546,69	585 664,36
Outras contas a pagar	18.2	14 735 142,04	18 112 114,78
Diferimentos	4/23.2	3 668 584,19	214 394,87
Total Passivo		74 177 837,54	78 438 283,43
Total Patrimônio Líquido e Passivo		766 583 302,65	754 739 906,24

Presidente da Câmara

Em ____ de _____ de _____

Órgão Executivo

Em ____ de _____ de _____

3

Demonstração de Resultados Consolidada



Consolidação de Contas

Relatório de Atividades e de Gestão

2022

DR - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA

GRUPO MUNICIPAL

PERÍODO
2022/01/01 - 2022/12/31

ANO
2022

Rubricas	Notas	Datas	
		2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	13/14	71 551 271,84	68 527 116,27
Vendas	13	39 962,69	32 592,88
Prestações de serviços e concessões	13	20 801 317,62	21 718 743,82
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	42 527 825,66	37 665 968,73
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	20.3	10 033,75	10 003,21
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10.2	-1 393 199,32	-1 181 068,60
Fornecimentos e serviços externos	6/23.3	-36 937 367,35	-33 006 998,50
Gastos com pessoal	19	-48 316 186,53	-45 571 388,43
Transferências e subsídios concedidos		-19 243 002,75	-22 900 029,48
Prestações sociais		-134 414,21	-180 272,84
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	09/10/14	31 406,46	-834,97
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9/14	-254 081,44	-206 431,91
Provisões (aumentos/reduções)	15	1 280 443,94	1 086 608,44
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/redução de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	13	7 111 786,08	6 269 760,69
Outros gastos	23.4	-5 234 666,45	-5 189 879,47
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		31 841 129,99	27 073 889,84
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5	-21 231 638,37	-22 863 925,33
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		10 609 491,62	4 209 964,51
Juros e rendimentos similares obtidos	13	109 063,11	41 674,86
Juros e gastos similares suportados	7	-754 558,73	-739 665,70
Resultado antes de impostos		9 963 996,00	3 511 973,67
Imposto sobre o rendimento do período		-5 806,05	-36 594,15
Resultado líquido do período		9 958 189,95	3 475 379,52

Presidente da Câmara

Em ____ de _____ de _____

Órgão Executivo

Em ____ de _____ de _____

4

Demonstração do Patrimônio
Líquido Consolidada



Consolidação
de Contas

Relatório de Atividades e de Gestão

2022

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

GRUPO MUNICIPAL

Ano

2022

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		479 654 521,76	0,00	0,00	0,00	3 478 813,76	39 122 098,40	-21 929 688,49	0,00	172 500 497,86	3 475 379,52	676 301 622,81		676 301 622,81
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		115 321,75	0,00	0,00	0,00	330 776,42	3 159 848,41	175 930,88	0,00	5 839 154,41	-3 475 379,52	6 145 652,35		6 145 652,35
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico												0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas												0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização												0,00		0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações												0,00		0,00
Transferências e subsídios de capital										5 658 257,89		5 658 257,89		5 658 257,89
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00		
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	14/18.3	115 321,75	0,00	0,00	0,00	330 776,42	3 159 848,41	175 930,88	0,00	180 896,52	-3 475 379,52	3 962 773,98		3 962 773,98
Correção de erros materiais												0,00		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											9 958 189,95	9 958 189,95		9 958 189,95
RESULTADO INTEGRAL											6 482 810,43	6 482 810,43		6 482 810,43
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL														0,00
Subscrições de capital/património														0,00
Redução de capital por cobertura de prejuízos														0,00
Entradas para cobertura de perdas														0,00
Outras operações														0,00
Subscrições de prémios de emissão														0,00
														0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		479 769 843,51	0,00	0,00	0,00	3 809 590,18	42 281 946,81	-21 753 757,61	0,00	178 339 652,27	9 958 189,95	692 405 465,11		692 405 465,11

5

Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada



Consolidação
de Contas

Relatório de Atividades e de Gestão

2022

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

GRUPO MUNICIPAL

PERÍODO	ANO
2022/01/01 - 2022/12/31	2022

Rubricas	Notas	Datas	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		17 689 263,57 €	16 851 661,97 €
Recebimentos de contribuintes		60 454 698,74 €	59 103 153,27 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		42 811 476,38 €	37 636 089,14 €
Recebimentos de utentes		7 392 677,80 €	7 763 695,53 €
Pagamentos a fornecedores		-42 924 660,06 €	-35 520 553,08 €
Pagamentos ao pessoal		-47 803 075,09 €	-45 970 350,34 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-19 034 960,51 €	-18 986 910,62 €
Pagamentos de prestações sociais		-147 769,71 €	-186 832,89 €
Caixa gerada pelas operações		18 437 651,12 €	20 689 952,98 €
Pagamento / Recebimento do Imposto sobre o rendimento		8 817,17 €	121 091,41 €
Outros recebimentos/pagamentos		-166 310,42 €	4 289 324,61 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		18 280 157,87 €	25 100 369,00 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-32 285 434,88 €	-44 617 049,44 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-108 022,73 €	-83 395,59 €
Pagamentos - Propriedades de investimento		0,00 €	0,00 €
Pagamentos - Investimentos financeiros		0,00 €	0,00 €
Pagamentos - Outros ativos		0,00 €	0,00 €
Recebimentos provenientes de:		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		27 854,46 €	50 184,99 €
Recebimentos - Ativos intangíveis		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Investimentos financeiros		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Outros ativos		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Subsídios ao investimento		8 503 898,82 €	11 143 272,25 €
Recebimentos - Transferências de capital		1 927 107,59 €	4 929 611,68 €
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Dividendos		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-21 934 596,74 €	-28 577 376,11 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		3 728 912,25 €	11 536 689,13 €
Recebimentos - Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Cobertura de prejuízos		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Doações		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Outras operações de financiamento		99 156,52 €	107 522,42 €
Pagamentos respeitantes a:		0,00 €	0,00 €
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-2 895 148,33 €	-4 862 263,77 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-651 292,72 €	-741 833,80 €
Pagamentos - Dividendos		0,00 €	0,00 €
Pagamentos - Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00 €	0,00 €
Pagamentos - Outras operações de financiamento		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		281 627,72 €	6 040 113,98 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-3 372 811,15 €	2 563 106,87 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		38 108 310,26 €	35 545 203,39 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		34 735 499,11 €	38 108 310,26 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período			
Equivalentes a caixa no início do período			
Saldo da gerência anterior (SGA)		38 108 310,26 €	35 545 203,39 €
SGA De execução orçamental		30 849 792,10 €	31 017 302,14 €
SGA De operações de tesouraria		7 258 518,16 €	4 527 901,25 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período			
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		34 735 499,11 €	38 108 310,26 €
SGS De execução orçamental		29 095 593,70 €	30 849 792,10 €
SGS De operações de tesouraria		5 639 905,41 €	7 258 518,16 €

6

Demonstrações
Orçamentais



Consolidação
de Contas

Relatório de Atividades e de Gestão

2022

6.1

Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental



Consolidação de Contas

Relatório de Atividades e de Gestão

2022

DDORC - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

GRUPO MUNICIPAL

Ano
2022

RUBRICA	RECEBIMENTOS	N	N-1	RUBRICA	PAGAMENTOS	N	N-1
	Saldo de gerência anterior						
	Operações orçamentais [1]	29 667 128,23	29 508 440,83				
	Devolução do saldo oper. orçamentais	29 224 456,76	29 508 440,83				
	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00				
	Operações de tesouraria [A]	7 258 518,16	4 472 493,18				
	Receita corrente	130 616 407,36	123 606 041,54		Despesa corrente	109 073 589,87	98 642 508,13
R1	Receita fiscal			D1	Despesas com o pessoal	0,00	0,00
R1.1	Impostos diretos	60 469 603,72	59 276 302,76	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	34 040 046,83	32 707 708,19
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	912 036,82	1 037 440,77
				D1.3	Segurança social	10 065 195,26	9 599 690,61
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	D2	Aquisição de bens e serviços	39 520 945,43	32 735 758,74
R3	Taxas, multas e outras penalidades	7 374 313,76	7 763 695,53	D3	Juros e outros encargos	651 053,97	593 211,50
R4	Rendimentos de propriedade	8 238 210,89	7 745 210,77	D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes			D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00
R5.1	Transferências correntes			D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas			D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	3 477 495,41	3 216 713,15
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	31 839 066,38	21 261 086,53	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	8 806 779,51	14 645 771,01	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.1.5	Administração Local	2 407 457,90	1 812 977,77
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	6 803 309,89	9 402 141,14
R5.1.2	Exterior - U E	700 498,84	714 764,95	D4.1.3	Famílias	1 221 615,32	1 300 614,15
R5.1.3	Outras	1 469 768,08	1 014 521,11	D4.1.4	Outras	799 816,72	1 045 154,57
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	D4.2	Subsídios Correntes	8 475 999,98	4 213 366,88
R6	Venda de bens e serviços	11 331 935,79	10 800 858,01				
R7	Outras receitas correntes	386 230,39	383 830,87	D5	Outras despesas correntes	698 616,34	977 730,66
	Receita de capital	10 459 866,88	16 096 485,37		Despesa de capital	35 626 520,23	47 858 716,64
R8	Venda de bens de investimento	17 427,07	23 601,44	D6	Aquisição de bens de capital	32 676 997,44	45 284 680,42
R9	Transferências e subsídios de capital			D7	Transferências e subsídios de capital		
R9.1	Transferências de capital			D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00
R9.1.1	Administrações Públicas			D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1 060 664,06	1 640 608,44	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	273 129,56	200 636,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	866 443,53	3 289 003,24	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	8 503 898,82	11 143 272,25	D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	1 366 203,05	918 973,62
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	D7.1.3	Famílias	1 304 806,95	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	D7.1.4	Outras	0,00	1 451 302,06
				D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	11 433,40	0,00	D8	Outras despesas de capital	5 383,23	3 124,54
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	182 393,55	276 365,52				
	Receita efetiva [2]	141 258 667,79	139 978 892,43		Despesa efetiva [5]	144 700 110,10	146 501 224,77
	Receita não efetiva [3]	3 728 912,25	11 536 689,13		Despesa não efetiva [6]	2 888 215,40	4 855 669,39
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	
R13	Receita com passivos financeiros	3 728 912,25	11 536 689,13	D10	Despesa com passivos financeiros	2 888 215,40	4 855 669,39
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	174 654 708,27	181 024 022,39		Soma [7]=[5]+[6]	147 588 325,50	151 356 894,16
	Operações de tesouraria [B]	7 310 271,78	5 829 579,55		Operações de tesouraria [C]	8 928 884,53	3 043 554,57
					Saldo para a gerência seguinte	32 706 288,18	36 925 646,39
					Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	27 066 382,77	29 667 128,23
					Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	5 639 905,41	7 258 518,16
					Saldo global [2] - [5]	-3 441 442,31	-6 522 332,34
					Despesa primária	144 049 056,13	145 908 013,27
					Saldo corrente	21 542 817,49	24 963 533,41
					Saldo de capital	-25 166 653,35	-31 762 231,27
					Saldo primário	-2 790 388,34	-5 929 120,84
					Receita total [1] + [2] + [3]	174 654 708,27	181 024 022,39
					Despesa total [5] + [6]	147 588 325,50	151 356 894,16

6.2

Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza



Consolidação de Contas

Relatório de Atividades e de Gestão

2022

DDORC - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

GRUPO MUNICIPAL

Ano
2022

RUBRICA	LIQUIDAÇÕES	N	N-1	RUBRICA	OBRIGAÇÕES	N	N-1
R1	Receita corrente	4 275 145,15	9 445 691,81		Despesa corrente	165 302,55	1 139 434,51
R1.1	Receita fiscal			D1	Despesas com o pessoal	0,00	0,00
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	0,00	671,35
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	0,00
				D1.3	Segurança social	1 653,82	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	D2	Aquisição de bens e serviços	146 377,33	745 125,81
R3	Taxas, multas e outras penalidades	727 033,40	405 654,47	D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	1 120 457,79	5 661 138,18	D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	404 421,16	0,00	D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00
R5.1	Transferências correntes	0,00	0,00	D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	2 400,00	2 400,00	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	6 150,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D4.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	6 400,00	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	D4.1.3	Famílias	9 300,00	0,00
R5.1.3	Outras	402 021,16	441 527,89	D4.1.4	Outras	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	D4.2	Subsídios Correntes	0,00	386 822,74
R6	Venda de bens e serviços	1 969 706,06	2 874 157,57				
R7	Outras receitas correntes	53 526,74	60 813,70	D5	Outras despesas correntes	1 571,40	664,61
	Receita de capital	130 031,45	136 378,37		Despesa de capital	97 329,96	305 672,97
R8	Venda de bens de investimento	88 784,40	94 951,32	D6	Aquisição de bens de capital	44 329,96	305 403,19
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	D7	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00
R9.1	Transferências de capital	0,00	0,00	D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	41 247,05	41 427,05	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	53 000,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	D7.1.3	Famílias	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	D7.1.4	Outras	0,00	0,00
				D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	D8	Outras despesas de capital	0,00	269,78
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	698,84	2 328,61				
	Receita efetiva [2]	4 405 875,44	9 584 398,79		Despesa efetiva [5]	262 632,51	1 445 107,48
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00		Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
	Receita Total [4]=[1]+[2]+[3]	4 405 875,44	9 584 398,79		Despesa Total [7]=[5]+[6]	262 632,51	1 445 107,48

7

Anexo às Demonstrações Financeiras
e Orçamentais Consolidadas



Consolidação
de Contas

Relatório de Atividades e de Gestão

2022

ANEXO
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS

Exercício de 2022

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 7.1 - Modelo de capitalização - discriminação por empréstimo/ativos

Mapa 14.1 – Legado, Ofertas e Doações

Mapa 14.2 – Reversões de perdas por imparidade

Mapa 14.3 - Reversões de Provisões

Mapa 15.1.1 - Relação dos processos judiciais

Mapa 15.2.1 - Relação dos processos arrolados como passivos contingentes

Mapa 18.1.1 – Contas a receber

Mapa 18.2.1 – Contas a pagar

Mapa 19.1 – Gastos com o pessoal

Mapa 23.1 – Estado e outros entes públicos

Mapa 23.2 – Diferimentos

Mapa 23.3 – Fornecimentos e Serviços Externos

Mapa 23.4 – Outros Gastos

Mapa 23.5 - Transferências e Subsídios Concedidos

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1 – Desagregação de caixa e depósitos

Quadro 3.1 – Ativos intangíveis - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Quadro 3.2 – Ativos intangíveis - Quantia escriturada e variações do período

Quadro 3.2A – Ativos intangíveis - Adições

Quadro 4 – Acordos de concessão de serviços

Quadro 5.1 – Ativos fixos tangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis - Quantia escriturada e variações do período

Quadro 5.2A – Ativos fixos tangíveis - Adições

Quadro 5.2B – Ativos fixos tangíveis - Diminuições

Quadro 6.1 – Locações operacionais – locatário

Quadro 7 - Custos dos empréstimos obtidos

Quadro 8.1 – Propriedades Investimento (modelo do custo) - quantia escriturada e movimentos do período

Quadro 8.2A – Propriedades de Investimento - Modelo do custo - Adições

Quadro 8.2B – Propriedades de Investimento - Modelo do custo - Diminuições

Quadro 9.1 – Quantia Escriturada Recuperável

Quadro 9.2 – Movimentos imparidade por ativos

Quadro 10.1 – Inventários

Quadro 10.2 – Inventários: movimentos do período

Quadro 13 – Rendimentos com contraprestação

Quadro 14 – Rendimentos sem contraprestação

Quadro 15.1 – Provisões

Quadro 15.2 - Passivos Contingentes

Quadro 18.1 – Ativos financeiros

Quadro 18.2 – Passivos financeiros

Quadro 18.3 – Participações financeiras

Quadro 20.1 – Divulgações de partes relacionadas - Listagem de Entidades controladas

Quadro 20.2 – Divulgações de partes relacionados - Transações entre partes relacionadas

Quadro 20.3 – Ajustamentos em Ativos financeiros

Quadro 20.4 - Património/Capital

INTRODUÇÃO

Em 2022 as demonstrações financeiras consolidadas do Município de Matosinhos foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação, tendo sido aplicadas subsidiariamente, de acordo com o artigo 13.º, pela ordem seguinte, as Normas Internacionais de Contabilidade Pública em vigor, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board. Foram ainda aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública relevantes para a entidade.

A LEO de 2020, art.º 114.º aplica este referencial contabilístico às entidades integradas no subsector da administração local e entidades reclassificadas.

O Município de Matosinhos apresenta demonstrações financeiras consolidadas, nos termos da NCP22 do SNC-AP e decorrente da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

O SNC-AP visa homogeneizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC e ao SNC-ESNL, aplicados no contexto do setor empresarial local e das entidades do setor não lucrativo, respetivamente.

As entidades que integram o perímetro de consolidação do Município encontram-se elencadas na nota 1.2.

Quanto à consolidação orçamental, o perímetro é composto pelas entidades do Grupo que, no período contabilístico, integraram o orçamento do Orçamento do Estado e, por conseguinte, o perímetro de consolidação das administrações públicas, pelo que apenas engloba, através do método de consolidação simples, as entidades Município de Matosinhos e Matosinhos Habit.

Nota 1 – Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

1.1 Período de relato, referencial contabilístico e demonstrações financeiras

O Município de Matosinhos adotou, com efeitos a 1 de janeiro de 2020, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Nesse âmbito, as demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo esse sistema contabilístico.

Recursos Humanos

Trabalhadores ao serviço por categoria em 31/12/2022:

Categoria	Município de Matosinhos	Matosinhos Sport MS, EEM	Matosinhos Habit MH, EEM
Administrador	-	-	1
Dirigente Superior	5	-	1
Dirigente Intermédio	56	6	8
Técnico Superior	492	31	34
Assistente Técnico	402	31	16
Assistente Operacional	1091	100	3
Informática	19	-	-
Polícia Municipal	72	-	-
Outros	24	-	5
TOTAL	2161	168	68

Em 31 de dezembro de 2022, a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários são os seguintes:

Quadro 1.1 – Caixa e depósitos bancários

Conta	2022	2021
Caixa	34 857,10	24 173,49
Depósitos à ordem	27 436 806,77	20 562 671,39
Depósitos à ordem no Tesouro	0,00	0,00
Depósitos bancários à Ordem	27 436 806,77	20 562 671,39
Outros depósitos	7 263 835,24	17 521 465,38
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Depósitos consignados	1 743 043,45	3 342 386,24
Depósitos de garantias e cauções	5 520 791,79	14 179 079,14
Total de caixa e depósitos	34 735 499,11	38 108 310,26

1.2 Entidades Incluídas na Consolidação

Do cumprimento no disposto no n.º 3 do art.º 75 da Lei 73/2013 – Regime Financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais e após análise às entidades suscetíveis de inclusão no perímetro de consolidação, surge o grupo municipal composto pelas seguintes entidades:

matosinhos *Município de Matosinhos – Entidade Mãe*

Sede Social - Avenida D. Afonso Henriques, 4454-502 Matosinhos

Atividade Principal - Atividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei 5-A/2002 e Lei 159/99, nomeadamente na área da segurança, proteção civil e luta contra incêndios, polícia municipal, educação, saúde, ordenamento do território, cultura, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, saneamento e resíduos sólidos, energia, comércio e turismo.



Empresa Municipal - Matosinhos Sport MS, EEM, S.A

Sede Social - Rua Nova do Estádio 244, 4460-381 Senhora da Hora

Atividade Principal - Planeamento, administração, gestão e manutenção dos espaços e equipamentos desportivos municipais, bem como a promoção e realização de atividades de animação desportiva e de programas municipais de fomento desportivo. Detida a 100% pelo município.

**Empresa Municipal - Matosinhos Habit MH, EEM.**

Sede Social - Rua Alfredo Cunha 99 1º, 4450-023 Matosinhos

Atividade Principal - Gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município. Promoção da conservação e da manutenção do parque habitacional privado, em sede designadamente de vistorias de salubridade. Detida a 100% pelo município.

**A Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A.**

Sede Social - Av. Fernão de Magalhães, 1862, 13º. 4350-158 Porto

Atividade Principal – Transporte coletivo público rodoviário de passageiros em regime de exclusividade dentro dos limites do concelho do Porto, e no regime geral de concorrência nos concelhos limítrofes integrados na Área Metropolitana do Porto – Matosinhos, Maia, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia. Explora o modo autocarro e o modo carro elétrico.

A participação do município é de 11,98%.

1.3 Método de Consolidação

Aplicar-se-á o método de consolidação integral para as entidades detidas a 100% pela entidade mãe, neste caso as empresas municipais, Matosinhos Sport e Matosinhos Habit e o método de consolidação de equivalência patrimonial para a empresa STCP detida a 11,98%, considerando a NCP23 paragrafo 5, o enquadramento dado pela Lei 50/2012, de 31 agosto, art.º 7º e 19º e articulando com a Lei 73/2013, de 30 de setembro .

Conforme já foi referido anteriormente, às entidades controladas a 100% pelo Município de Matosinhos, foi aplicado o método de consolidação integral, que consiste na integração no Balanço, na Demonstração de Resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante, dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas.

A entidade mãe (Município de Matosinhos) efetua as diversas conversões/ajustamentos da informação, dado que as outras entidades utilizam uma contabilidade diferente.

Extra contabilisticamente foram efetuados movimentos nas rubricas das demonstrações financeiras, tendo em vista a eliminação de transações recíprocas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores.

O método da equivalência patrimonial basicamente consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Município de Matosinhos e das entidades consolidadas, de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP.

b) Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, com referência a 31 de dezembro de 2022, os ativos, os passivos e os resultados das entidades do Grupo Município do Matosinhos, entendido como o conjunto do Município de Matosinhos, entidade que controla, e as suas entidades controladas.

Nos termos da NCP 22, uma entidade, independentemente da natureza do envolvimento com outra entidade, deve avaliar se é uma entidade que controla através da verificação da existência de controlo sobre outra entidade. Uma entidade controla outra entidade quando está exposta,

ou tem direitos, a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento com a outra entidade e tem a capacidade de influenciar a natureza e a quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa mesma entidade. Uma entidade controla outra entidade se, e apenas se tiver cumulativamente:

Poder sobre a outra entidade:

Uma entidade tem poder sobre outra entidade quando detém direitos que lhe conferem num determinado momento a capacidade para orientar as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os benefícios do seu envolvimento com a outra entidade. O direito de orientar as políticas operacionais e financeiras de outra entidade constitui uma indicação de que a entidade tem a capacidade para orientar as atividades relevantes de outra entidade.

O poder deriva de direitos. Em alguns casos a avaliação do poder é imediata, como sucede quando o poder sobre outra entidade é obtido diretamente, e exclusivamente, a partir dos direitos de voto decorrentes da detenção de instrumentos de capital próprio, como ações ou quotas, em que o mesmo decorre dos direitos de voto conferidos pelas participações financeiras. O poder pode ser obtido a partir de direitos que não o direito de voto, podendo resultar de acordos vinculativos.

A existência de direitos sobre outra entidade não confere a qualificação como poder. Uma entidade não tem poder sobre outra somente pela existência de: (a) Poder regulador; ou (b) Dependência económica.

Exposição, ou direitos, aos benefícios decorrentes do seu envolvimento com a outra entidade:

Uma entidade está exposta, ou detém direitos, a benefícios variáveis pelo seu envolvimento com outra entidade quando os benefícios que pretende pelo seu envolvimento podem variar em função do desempenho da outra entidade. As entidades envolvem-se com outras entidades com a expectativa de obtenção de benefícios financeiros ou não financeiros ao longo do tempo, podendo, num determinado período de relato, os benefícios ser positivos, negativos ou uma combinação de benefícios positivos e negativos.

A capacidade de exercer o seu poder sobre a outra entidade de modo a afetar a natureza e a quantia dos benefícios decorrentes do envolvimento com essa entidade:

Uma entidade controla outra entidade se a entidade não tem somente o poder sobre a outra entidade e exposição ou direitos a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento com a outra entidade, mas também dispõe da capacidade de usar o seu poder para afetar a natureza ou a quantia dos benefícios decorrentes do seu envolvimento com outra entidade.

Uma entidade com poderes para tomada de decisões deve avaliar se é um agente ou um principal. Uma entidade deve também determinar se outra entidade com poderes para tomada de decisões está a atuar como um agente da entidade. Um agente é uma parte com o intuito de atuar em nome e em benefício de outra parte ou partes (o principal ou principais) e desta forma não controla a outra entidade quando exerce os seus poderes. Assim, por vezes, o poder do principal pode estar delegado e exercível por um terceiro, o agente, mas por nome e contado principal.

As políticas contabilísticas das entidades controladas são alteradas sempre que necessário de forma a garantir consistência com as políticas adotadas no Município de Matosinhos.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizados os seguintes procedimentos de consolidação:

- Agregação de itens idênticos de ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos e fluxos de caixa do Município de Matosinhos e das entidades controladas.

Das entidades que pertencem ao Grupo Municipal de Matosinhos, apenas o Município de Matosinhos e a empresa Matosinhos Habit utilizam o SNC-AP, sendo que as restantes entidades preparam as demonstrações financeiras no quadro do SNC aplicável às entidades em geral, assim como o aplicável às entidades do setor não lucrativo, conforme o caso. Por esse motivo, para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas, procedeu-se à reclassificação das contas de SNC para o SNC-AP.

- Compensação (eliminação) da quantia escriturada do investimento da Município de Matosinhos em cada uma das entidades controladas e a proporção do património líquido em cada uma das entidades controladas.
- Eliminação da totalidade os ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos e fluxos de caixa relativos a transações entre entidades integradas no Grupo Município de

Matosinhos.

Os ativos líquidos das entidades controladas atribuíveis às partes de capital detidas por entidades estranhas ao Grupo Municipal de Matosinhos são inscritas no Balanço na rubrica de Interesses que não controlam.

Os interesses detidos por entidades estranhas ao Grupo Município de Matosinhos sobre o resultado líquido das entidades controladas são identificados e ajustados por dedução ao resultado atribuível aos detentores do capital do Grupo Município e inscritos na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de Interesses que não controlam.

c) Ativos intangíveis

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador e marcas e patentes.

Quando um ativo intangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor de alguns destes ativos, nomeadamente legados constituídos por espólios pessoais de figuras relevantes da história e cultura, aqueles não se encontram reconhecidos.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão.

O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta.

As licenças de software e programas de computador têm uma vida útil estimada de 3 anos. As marcas e patentes têm uma vida útil estimada de 3 anos.

d) Acordos de concessão de serviços: Concedente

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando as entidades incluídas no grupo autárquico controlam quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Os ativos em concessão são contabilizados de acordo com a NCP 5 - Ativos fixos tangíveis, pelo que os mesmos se encontram reconhecidos no Ativo fixo tangível, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

e) Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades. O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se: (a) For provável que fluirão para o Município de Matosinhos benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e (b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor de alguns destes ativos, nomeadamente ativos significativos do património histórico e cultural, adquiridos ao longo de muitos anos através de doações e legados, alguns deles não se encontram reconhecidos. Estes ativos raramente são detidos pela sua capacidade de gerar influxos de caixa e é frequente existirem obstáculos legais para os usar para tais finalidades.

A quantia amortizável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste

que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos		
Edifícios e outras construções	10	a	80
Equipamento básico	1	a	10
Equipamento de transporte	1	a	10
Equipamento administrativo	1	a	8
Outros ativos fixos tangíveis	1	a	10

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos. Regra geral, é utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta), aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

f) Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os Ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os ativos com contratos de locação são totalmente depreciados durante o prazo de locação.

g) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos são, por regra, reconhecidos como gasto do período a que dizem respeito independentemente do tipo, natureza e finalidade dos empréstimos. Porém, nos

casos em que os empréstimos sejam contraídos para financiar a aquisição, construção ou produção de um determinado ativo (um ativo que se qualifica), então os custos com esses empréstimos devem ser capitalizados como parte do custo dos ativos que financiam.

h) Propriedades de Investimentos

O grupo municipal de Matosinhos contabiliza como propriedades de investimento os terrenos e edifícios (ou parte deles) detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

As propriedades de investimento encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

Na transição, foram reclassificadas as Propriedades de investimento que haviam sido reconhecidos noutra classe de ativos de acordo com o POC-Administração Local, mas que de acordo com as normas de contabilidade pública atuais pertencem a esta classe de ativos.

i) Investimentos financeiros

Ao abrigo da NCP 23 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos, o Município de Matosinhos passou a aplicar o método de equivalência patrimonial na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influência significativa ou controlo.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas: (a) representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada; (b) participação em processos de decisão de políticas; (c) transações materiais entre o investidor e a participada; (d) intercâmbio de pessoal de gestão; ou (e) prestação de informação técnica essencial.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada, resultantes de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido.

j) Imparidade de ativos

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistas anualmente para determinar a existência de imparidade. Em caso de existência de tais indícios, procede-se à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a existência e extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o valor de uso. O justo valor de um ativo menos custos de vender é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por imparidade é imediatamente reconhecida nos resultados. Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente

reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

l) Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra. O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações.

Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”. Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

m) Instrumentos financeiros

O tratamento dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 - Instrumentos financeiros.

O grupo municipal reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) Dinheiro; (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) Um direito contratual: (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) Uma obrigação contratual: (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração. Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

n) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Município de Matosinhos não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

o) Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

p) Regime do acréscimo

O grupo municipal de Matosinhos regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber”, “Outras dívidas a pagar” ou “Diferimentos”.

q) Rendimentos

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o grupo autárquico de Matosinhos benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Vendas e prestações de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nestas circunstâncias ao regime do acréscimo.

Transferências e subsídios correntes obtidos

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o grupo municipal cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes são reconhecidos na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Património Líquido, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

r) Partes relacionadas

O grupo municipal de Matosinhos identifica as entidades relacionadas de acordo com os critérios estabelecidos na NCP 20 - Partes relacionadas, divulgando, quando aplicável, informação acerca das transações existentes.

Neste contexto, são identificadas como partes relacionadas:

- As entidades incluídas no perímetro de consolidação do Município de Matosinhos;
- O Órgão executivo;
- O Fiscal Único;

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas à Entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortiz. do Período	Diferenças Cambiais	Diminuições	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento	700 118,03	144 176,91					-392 301,07			451 993,87
Programas de computador e sistemas de informação	579 707,57	308 186,81					-367 644,50			520 249,88
Propriedade industrial e intelectual	170 257,42	68 023,43					-77 930,88			160 349,97
Outros										
Ativos intangíveis em curso	32 668,10									32 668,10
TOTAL	1 482 751,12	520 387,15	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	1 165 261,82

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas 2022

Quadro 3.2A - Ativos Intangíveis - Adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou Troca	Expropriação	Doação, Herança, Legado	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS											
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Goodwill											
Projetos de desenvolvimento		54 618,15								89 558,76	144 176,91
Programas de computador e sistemas de informação		61 797,32								246 389,49	308 186,81
Propriedade industrial e intelectual		31 703,14								36 320,29	68 023,43
Outros											
Ativos intangíveis em curso											
TOTAL	0,00	148 118,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	372 268,54	520 387,15

As amortizações dos ativos intangíveis estão incluídas nas linhas dos “Gastos/reversões de depreciação e amortização” da demonstração de resultados por natureza.

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

Os contratos de concessão do grupo municipal correspondem aos contratos de concessão do município, que se encontram espelhados no seguinte quadro:

Quadro 4 - Acordos de concessão de serviço

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Contrato de construção e subsequente exploração de parques de 3 parques públicos de estacionamento para viaturas ligeiras	SABAPORTUGAL - PARQUES DE ESTACIONAMENTO, S.A.	—	50	—	—	—	—
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A.	—	(a)	—	—	—	—
Concessão da exploração do sistema municipal de distribuição de água e de drenagem de águas	INDAQUA MATOSINHOS - Gestão de Águas de Matosinhos, S.A.	—	25 anos	15 000 000,00	—	—	—
Contrato de concessão de gestão, exploração, manutenção e fiscalização dos lugares de estacionamento pago na via pública e de dois parques públicos de estacionamento para viaturas	DATAREDE, S.A.	—	10	—	—	—	—

(a) Prorrogação automática do contrato de «Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão», até à instituição de novo modelo ou novos concursos (art.º 285.º do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro).

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. O grupo municipal utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

O grupo municipal teve presente a aplicação do princípio da substância sobre a forma,

reconhecendo os ativos que controla, independentemente da propriedade, como resultado de um evento passado, com capacidade de proporcionar um influxo ou potencial de serviço ou de benefícios económicos futuros.

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se conforme os quadros que se seguem:

Quadro 5.1 - Ativos Fijos Tangíveis - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	9 186 971,20	0,00	0,00	9 186 971,20	10 084 228,99	0,00	0,00	10 084 228,99
Edifícios e outras construções	42 739 267,07	19 685 976,35	0,00	23 053 290,72	43 601 690,89	20 684 290,73	0,00	22 917 400,16
Infraestruturas	277 015 140,74	239 397 042,83	0,00	37 618 097,91	283 639 968,67	243 700 839,23	0,00	39 939 129,44
Património histórico, artístico e cultural	5 098 676,82	580 844,97	0,00	4 517 831,85	5 177 304,07	626 508,03	0,00	4 550 796,04
Outros bens de domínio público	8 293 198,59	3 253 604,36	0,00	5 039 594,23	16 373 362,65	3 838 040,82	0,00	12 535 321,83
Bens de domínio público em curso	19 889 765,15	0,00	0,00	19 889 765,15	15 559 860,09	0,00	0,00	15 559 860,09
	362 223 019,57	262 917 468,51	0,00	99 305 551,06	374 436 415,36	268 849 678,81	0,00	105 586 736,55
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções	3 073 886,89	1 967 905,27	0,00	1 105 981,62	3 073 886,89	1 991 617,03	0,00	1 082 269,86
Infraestruturas	84 634 819,59	29 993 741,20	0,00	54 641 078,39	84 634 819,59	30 953 076,10	0,00	53 681 743,49
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
	87 708 706,48	31 961 646,47	0,00	55 747 060,01	87 708 706,48	32 944 693,13	0,00	54 764 013,35
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	165 205 545,86	0,00	0,00	165 205 545,86	161 350 673,99	0,00	0,00	161 350 673,99
Edifícios e outras construções	422 295 108,33	141 995 631,19	0,00	280 299 477,14	430 450 918,09	152 433 881,14	0,00	278 017 036,95
Equipamento básico	21 070 540,51	18 109 635,20	0,00	2 960 905,31	21 525 984,75	18 165 270,49	0,00	3 360 714,26
Equipamento de transporte	4 114 197,80	3 086 732,39	0,00	1 027 465,41	4 492 462,96	3 394 551,71	0,00	1 097 911,25
Equipamento administrativo	9 835 902,05	8 370 960,97	0,00	1 464 941,08	10 475 026,26	9 139 452,72	0,00	1 335 573,54
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	10 365 918,55	9 630 174,73	0,00	735 743,82	11 296 040,07	9 959 252,86	0,00	1 336 787,21
Ativos fixos tangíveis em curso	35 627 657,02	0,00	0,00	35 627 657,02	48 738 273,12	0,00	0,00	48 738 273,12
	668 514 870,12	181 193 134,48	0,00	487 321 735,64	688 329 379,24	193 092 408,92	0,00	495 236 970,32
TOTAL	1 118 446 596,17	476 072 249,46	0,00	642 374 346,71	1 150 474 501,08	494 886 780,86	0,00	655 587 720,22

Quadro 5.2 - Ativos Fijos Tangíveis - Quantia Escriturada e variação do período

RUBRICAS	Variações no período									
	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências Internas à Entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Depreciações do Período	Diferenças Cambiais	Diminuições	Quantia escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	9 186 971,20	431 912,41	465 345,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 084 228,99
Edifícios e outras construções	23 053 290,72	414 679,71	447 744,11	0,00	0,00	0,00	-998 314,38	0,00	0,00	22 917 400,16
Infraestruturas	37 618 097,91	2 113 248,81	4 511 579,12	0,00	0,00	0,00	-4 303 796,40	0,00	0,00	39 939 129,44
Património histórico, artístico e cultural	4 517 831,85	78 627,25	0,00	0,00	0,00	0,00	-45 663,06	0,00	0,00	4 550 796,04
Outros bens de domínio público	5 039 594,23	232 687,29	7 847 476,77	0,00	0,00	0,00	-584 436,46	0,00	0,00	12 535 321,83
Outros Bens de domínio público em curso	19 889 765,15	11 374 061,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-15 703 966,89	15 559 860,09
	99 305 551,06	14 645 217,30	13 272 145,38	0,00	0,00	0,00	-5 932 210,30	0,00	-15 703 966,89	105 586 736,55
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções	1 105 981,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-23 711,76	0,00	0,00	1 082 269,86
Infraestruturas	54 641 078,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-959 334,90	0,00	0,00	53 681 743,49
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
	55 747 060,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-983 046,66	0,00	0,00	54 764 013,35
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	165 205 545,86	423 195,26	-465 345,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 812 721,75	161 350 673,99
Edifícios e outras construções	280 299 477,14	10 719 009,76	0,00	0,00	0,00	0,00	-10 438 249,95	0,00	-2 563 200,00	278 017 036,95
Equipamento básico	2 960 905,31	1 608 584,92	19 535,80	0,00	0,00	0,00	-1 228 091,72	0,00	-220,05	3 360 714,26
Equipamento de transporte	1 027 465,41	378 265,16	0,00	0,00	0,00	0,00	-307 819,32	0,00	0,00	1 097 911,25
Equipamento administrativo	1 464 941,08	643 952,86	0,00	0,00	0,00	0,00	-772 947,68	0,00	-372,72	1 335 573,54
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	735 743,82	944 511,33	0,00	0,00	0,00	0,00	-343 467,94	0,00	0,00	1 336 787,21
Ativos fixos tangíveis em curso	35 627 657,02	25 742 999,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-12 632 383,19	48 738 273,12
	487 321 735,64	40 460 518,58	-445 809,58	0,00	0,00	0,00	-13 090 576,61	0,00	-19 008 897,71	495 236 970,32
TOTAL	642 374 346,71	55 105 735,88	12 826 335,80	0,00	0,00	0,00	-20 005 833,57	0,00	-34 712 864,60	655 587 720,22

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas 2022

Quadro 5.2A - Ativos Fixos Tangíveis - Adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, Herança, Legado ou Perdiço a	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	32 780,68	0,00	0,00	347 147,41	0,00	0,00	0,00	0,00	51 984,32	431 912,41
Edifícios e outras construções	0,00	414 679,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	414 679,71
Infraestruturas	0,00	2 056 902,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56 346,79	2 113 248,81
Património histórico, artístico e cultural	0,00	76 827,25	0,00	0,00	0,00	1 800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78 627,25
Outros bens de domínio público	0,00	141 328,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91 358,89	232 687,29
Outros Bens de domínio público em curso	0,00	11 374 061,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 374 061,83
	0,00	14 096 579,89	0,00	0,00	347 147,41	1 800,00	0,00	0,00	0,00	199 690,00	14 645 217,30
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	339 022,03	0,00	0,00	3 058,91	0,00	0,00	0,00	0,00	115 923,32	458 004,26
Edifícios e outras construções	0,00	10 539 915,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	144 285,47	10 684 200,76
Equipamento básico	0,00	1 605 942,39	0,00	0,00	0,00	343,32	0,00	0,00	0,00	2 299,21	1 608 584,92
Equipamento de transporte	0,00	378 272,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-7,66	378 265,16
Equipamento administrativo	0,00	623 538,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 414,06	643 952,86
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	864 486,25	0,00	0,00	0,00	23 155,14	0,00	0,00	0,00	56 869,94	944 511,33
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	25 742 999,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 742 999,29
	0,00	40 094 176,87	0,00	0,00	3 058,91	23 498,46	0,00	0,00	0,00	339 784,34	40 460 518,58
TOTAL	0,00	54 190 756,76	0,00	0,00	350 206,32	25 298,46	0,00	0,00	0,00	539 474,34	55 105 735,88

Quadro 5.2B - Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições					
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	-15 703 966,89	0,00	-15 703 966,89
	0,00	0,00	0,00	-15 703 966,89	0,00	-15 703 966,89
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	-6 921,75	-3 805 800,00	0,00	0,00	0,00	-3 812 721,75
Equipamento básico	0,00	-2 563 200,00	0,00	0,00	0,00	-2 563 200,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	-220,05	-220,05
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	-372,72	0,00	0,00	-372,72
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	-12 632 383,19	-12 632 383,19
	-6 921,75	-6 369 000,00	-372,72	0,00	-12 632 603,24	-19 008 897,71
TOTAL	-6 921,75	-6 369 000,00	-372,72	-15 703 966,89	-12 632 603,24	-34 712 864,60

Nota 6 - Locações

No grupo municipal existem vários contratos de locação operacional e financeira, que se apresentam no seguinte quadro, discriminado por entidade:

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas 2022

Quadro 6.1 - Locações operacionais - locatário

ENTIDADE	Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos
			Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
			Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
MUNICIPIO	Aluguer operacional de veículos ligeiros de passageiros	122 299,68	22 526,08	0,00	127 902,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Locação de veículos ligeiros de passageiros	69 280,20	4 149,48	0,00	81 065,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Locação operacional de 14 veículos ligeiros de passageiros de 5 e 7 lugares	86 569,92	38 592,55	0,00	32 394,78	0,00	26 620,25	8 873,42	0,00	35 493,67	
	Locação operacional de 6 veículos ligeiros de passageiros (híbridos)	71 884,80	40 953,56	0,00	32 087,15	0,00	15 377,59	0,00	0,00	15 377,59	
	Locação operacional de 2 veículos ligeiros de passageiros elétricos	31 385,28	13 672,21	0,00	0,00	0,00	9 650,97	15 280,71	0,00	24 931,68	
	Locação operacional de 5 veículos ligeiros de passageiros (gasolina e/ou eletricidade)	117 941,76	27 695,60	0,00	0,00	0,00	36 267,09	81 105,67	0,00	117 372,76	
	Locação operacional de veículos ligeiros 2022 (Lote I, II e III)	249 038,40	0,00	0,00	0,00	0,00	76 579,31	229 737,92	0,00	306 317,23	
	Locação operacional de veículos ligeiros 2022 (Lote IV)	148 183,84	0,00	0,00	0,00	0,00	45 566,53	136 699,59	0,00	182 266,12	
	Total	896 583,88	147 589,48	0,00	273 449,62	0,00	210 061,74	471 697,31	0,00	681 759,05	0,00
MATOSINHOS HABIT	Aluguer de contentores	11 316,00	5 436,60	0,00	5 436,60	0,00	5 879,40	0,00	0,00	5 879,40	
	Aluguer de Viaturas Elétricas - Viaturas de passageiros	137 360,09	25 875,45	0,00	25 875,45	0,00	33 361,92	78 122,72	0,00	0,00	111 484,64
	Aluguer de Equipamento Informático - Computadores	15 417,71	578,16	0,00	578,16	0,00	4 204,79	10 634,76	0,00	0,00	14 839,55
	Contrato de Renting - Fotocopiadoras	27 571,68	6 892,92	0,00	12 637,02	0,00	6 892,92	8 041,74	0,00	0,00	14 934,66
	Aluguer de Equipamento Informático - Computadores	16 743,89	4 711,62	0,00	12 069,31	0,00	4 674,58	0,00	0,00	0,00	4 674,58
	Aluguer de Viatura elétrica de passageiros	33 303,28	8 173,80	0,00	17 545,04	0,00	8 173,80	7 584,44	0,00	0,00	15 758,24
	Aluguer de Equipamento Informático - Computadores	11 713,38	3 268,56	0,00	6 941,55	0,00	3 268,56	1 503,27	0,00	0,00	4 771,83
	Aluguer de Equipamento Informático - Computadores	18 050,30	4 512,56	0,00	17 298,15	0,00	752,15	0,00	0,00	0,00	752,15
	Aluguer de Viatura de mercadorias	15 093,58	3 599,28	0,00	12 297,54	0,00	2 796,04	0,00	0,00	0,00	2 796,04
	Aluguer de Equipamento Informático - Computadores	18 674,94	1 167,24	0,00	18 674,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Contrato - Licenças de Software	20 049,00	4 920,00	0,00	20 049,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total	325 293,85	69 136,19	0,00	149 402,76	0,00	70 004,16	105 886,93	0,00	0,00	175 891,09
TOTAL		1 221 877,73	216 725,67	0,00	422 852,38	0,00	280 065,90	577 584,24	0,00	681 759,05	175 891,09

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

O tratamento dos custos com empréstimos obtidos, está prescrito na NCP 7 – Custos de empréstimos obtidos:

- Modelo do Gasto – devem ser reconhecidos como gasto no período em que são suportados, independentemente de como esses empréstimos são aplicados. (parágrafo 3)

Modelo da Capitalização – devem ser reconhecidos quando sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica devendo ser capitalizados como parte do custo desse ativo. (parágrafo 4)

O Grupo municipal de Matosinhos, adota o modelo do gasto, aos empréstimos obtidos até 31-12-2019, incluindo os relativos a ativos que se qualificam, dado que os seus processos já se encontram concluídos.

Os custos de empréstimos obtidos em 2022 do grupo municipal, foram reconhecidos como definido na norma acima referida e constam do seguinte mapa:

Quadro 7 - Custos dos empréstimos obtidos

Custo empréstimos	2022	2021
Modelo do Gasto	691 337,97	562 486,38
Modelo Capitalização	90 541,88	14 876,44
Total	781 879,85	577 362,82

Mapa 7.1 - Modelo de capitalização - discriminação por empréstimo/ativos

EMP. 2594/001404/291	2022	2021
Ligação da Av. Edison Magalhães à Escola Básica da Cruz de Pau	15 562,61	6 208,70
Casa do Alertinha	2 444,20	1 252,56
Mobilidade em Matosinhos: Ligação da A28 à Petrogal	7 986,65	2 264,78
Reabilitação da EB da Agudela	22 246,46	4 323,50
Ligação entre a Barranha e Cruz de Pau	5 282,19	826,90
Total	53 522,11	14 876,44
NORTE-08-5673-FEDER-000147	2022	2021
Escola Secundária da Boa nova, Leça da Palmeira	4 721,09	0,00
Total	4 721,09	0,00
NORTE-08-5673-FEDER-000148	2022	2021
Escola Secundária Abel Salazar, S. Mamede de Infesta	3 596,46	0,00
Total	3 596,46	0,00
EMP. 2594/001999/091	2022	2021
Aquisição de 2 edifícios na Rua Flor de Infesta 1.º DIREITO - Programa de apoio ao acesso à Habitação	14 794,49	0,00
Total	14 794,49	0,00
EMP. 1290781/830/040	2022	2021
Aquisição de 2 edifícios na Rua Flor de Infesta 1.º DIREITO - Programa de apoio ao acesso à Habitação	13 907,73	0,00
Total	13 907,73	0,00
EMP. 2594/002118/991	2022	2021
Habitação Social - Conjunto Habitacional de Recarei	0,00	0,00
Habitação Social - Conjunto Habitacional da Ponte do Carro	0,00	0,00
Habitação Social - Conjunto Habitacional do Chouso	0,00	0,00
Habitação Social - Conjunto Habitacional do Seixo II	0,00	0,00
Habitação Social - Conjunto Habitacional de Custiód	0,00	0,00
Habitação Social - Conjunto Habitacional da Cruz de Pau	0,00	0,00
Programa Qualidade 100%	0,00	0,00
Aquisição do Campo de Jogos do Senhora da Hora Futebol Clube	0,00	0,00
Aquisição de terrenos e edifícios destinados à Requalificação Urbanística do Concelho	0,00	0,00
Aquisi. da Loja 22 (fração "X") do Edifício da Antiga Câmara	0,00	0,00
Caminho Rural - Ligação entre Rua dos Caçadores e a Rua dos Marrecos, Larvra	0,00	0,00
Aquisição terreno envolvente ao Castro de Guifões	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Nota 8 - Propriedades de investimento (NCP8)

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

Quadro 8.1 – Propriedades de Investimento: modelo do custo

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações (Modelo do Custo)							Quantia Escriturada Final	Gastos do período	Rendimentos do período	
		Adições	Transf. Internas à entidade	Depreciações do período	Perdas por Imparidade	Reversões de Perdas por Imparidade	Diferenças Cambiais	Diminuições			Rendas	Outros
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO												
Bens de Domínio Público												
Terrenos e Recursos Naturais												
Edifícios e Outras Construções	3 163 273,32	387 381,81		-387 928,35					3 162 726,78		446 283,11	
Outras PI												
PI em Curso												
TOTAL	3 163 273,32	387 381,81	0,00	-387 928,35	0,00	0,00	0,00	0,00	3 162 726,78	0,00	446 283,11	0,00

Quadro 8.2A – Propriedades de Investimento - Modelo do custo - Adições

RUBRICAS	Adições (Modelo do Custo)										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transf. Ou Troca	Expropriação	Doação, Herança, Legado	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO											
Bens de Domínio Público											
Terrenos e Recursos Naturais											
Edifícios e Outras Construções		384 368,31								3 013,50	387 381,81
Outras PI											
PI em Curso											
TOTAL	0,00	384 368,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 013,50	387 381,81

Quadro 8.2B – Propriedades de Investimento - Modelo do custo - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições (Modelo do custo)				
	Alienação a título oneroso	Transferência ou Troca	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	Total
PROPRIEDADE DE INVESTIMENTO					
Bens de Domínio Público					
Terrenos e Recursos Naturais					
Edifícios e Outras Construções					0,00
Outras PI					
PI em Curso					
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 9 – Imparidade de ativos

Relativamente aos ativos que não estão mensurados ao justo valor através dos resultados, o grupo municipal e nos que se verificaram indícios de imparidade, foi efetuada uma análise e constituídas reforços nos diferentes ativos.

Os movimentos das imparidades de ativos encontram-se refletidos nos mapas abaixo:

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas 2022

Quadro 9.1 - Quantia escriturada recuperável

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidades Acumulada	Reversão de Imparidades	Quantia Recuperável	Quantia Bruta
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	3 482 179,22	0,00	0,00	3 482 179,22	3 482 179,22
Cientes, contribuintes e utentes	2 173 380,95	1 666 579,28	0,00	506 801,67	652 881,55
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber	47 208 292,59	2 016 600,22	0,00	45 191 692,37	47 208 292,59
Mercadorias	157 316,82	83 312,64	0,00	74 004,18	836,95
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	98 349,34	9 249,73	0,00	89 099,61	98 349,34
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	21 865 419,97	10 000,00	0,00	21 855 419,97	21 865 419,97
Propriedades de investimento	3 162 726,78	0,00	0,00	3 162 726,78	3 162 726,78
Ativos fixos tangíveis	590 789 921,66	0,00	0,00	590 789 921,66	590 789 921,66
Ativos intangíveis	1 125 284,88	0,00	0,00	1 125 284,88	1 125 284,88
Investimentos em curso	64 330 801,31	0,00	0,00	64 330 801,31	64 330 801,31
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	734 393 673,52	3 785 741,87	0,00	730 607 931,65	732 716 694,25

Quadro 9.2 - Movimentos de imparidades por ativos

Classes	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Cientes, contribuintes e utentes	1 456 520,04	365 461,93	155 402,69	1 666 579,28
Outras contas a receber e a pagar	2 055 890,66	90 352,19	46 329,99	2 099 912,86
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	40 656,19	65,35	31 471,81	9 249,73
Investimentos financeiros	10 000,00	0,00	0,00	10 000,00
TOTAL:	3 563 066,89	455 879,47	233 204,49	3 785 741,87

Nota 10 - Inventários

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro 10.1 - Inventários

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	836,95	0,00	836,95
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	98 349,34	9 249,73	89 099,61
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Total	99 186,29	9 249,73	89 936,56

Quadro 10.2 – Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	0,00	45 660,87	44 823,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	836,95
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	80 783,33	1 350 591,25	1 348 375,40	0,00	65,35	31 471,81	27 834,90	2 528,87	89 099,61
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	80 783,33	1 396 252,12	1 393 199,32	0,00	65,35	31 471,81	27 834,90	2 528,87	89 936,56

Nota 11 – Ativos biológicos

O grupo municipal não é detentor de ativos biológicos enquadráveis na NCP 11.

Nota 12 – Contratos de construção

A atividade do grupo municipal de Matosinhos não originou nenhuma atividade que se relacione com contratos de construção, nos termos da NCP12.

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências.

Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas.

As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos:

Quadro 14 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	conta	Rendimento do período reconhecido em	
		Resultados	Património líquido
Impostos diretos		36 485 524,61	0,00
Impostos indiretos		25 497 911,57	0,00
Multas e outras penalidades		738 368,46	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos		41 017 764,04	0,00
Legado, Ofertas e Doações		35 886,32	25 298,46
Reversões		1 401 428,34	0,00
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	78.8.3	5 032 985,60	0,00
Outros		33 118,75	0,00
TOTAL		110 242 987,69	25 298,46

Apresenta-se os detalhes de:

(a) Legado, Ofertas e Doações.

Mapa 14.1 - Legado, Ofertas e Doações

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em	
	Resultados	Património líquido
Legado, Ofertas e Doações	35 886,32	25 298,46
Doações - Inventários	35 460,40	
Doações - Ativos Fixos Tangíveis		25 298,46
Doações - Outros	425,92	

(b) Reversão de perdas de imparidades

Mapa 14.2 - Reversões de perdas por imparidade

Tipo de rendimento	Valor
Reversões de perdas por imparidade:	120 984,40
Cientes, contribuintes e utentes	89 512,59
Cientes	89 512,59
Em inventários	31 471,81
Matérias subsidiárias	365,84
Peças e outros materiais de manutenção	12,63
Combustíveis e Lubrificantes - Outros	556,97
Ferramentas e Utensílios	2 263,06
Artigos de Higiene e Limpeza	28 273,31

(c) Reversão de provisões

Mapa 14.3 - Reversões de Provisões

Tipo de rendimento	Valor
Reversões de perdas por imparidade:	1 280 443,94
Impostos, contribuições e juros de mora	
Garantias a clientes	
Processos judiciais em curso	1 280 443,94
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	
Matérias ambientais	
Contratos onerosos	
Reestruturação	
Outras provisões	

As reversões relativas a Cientes, Contribuintes e Utentes justificam-se pelos recebimentos; declaração em falhas de receita da Câmara (art.º 272º C.P.P.T.) e à prescrição de processos (art.º 175º C.P.P.T. conjugado com art.º 45º L.G.T.)

As reversões relativas a Inventários, justificam-se pelo decrescimento de situações de obsolescência, deterioração física parcial e quebra de preços.

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1 - Provisões

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, foram efetuados ajustes de provisões já constituídas e para fazer face a novos processos identificados, nas diversas entidades do grupo municipal.

Quadro 15.1 - Provisões

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=(1)+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	10 343 054,58	0,00	0,00	66 752,40	66 752,40	120,00	1 345 136,44	1 939,90	1 347 196,34	9 062 610,64
Acidentes de trabalho e doenças profissionais, matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos fogos habitacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	10 343 054,58	0,00	0,00	66 752,40	66 752,40	120,00	1 345 136,44	1 939,90	1 347 196,34	9 062 610,64

15.2 – Passivos contingentes

O Grupo municipal de Matosinhos, no período de 2022, verificou a existência de factos relevantes enquadráveis no âmbito da NCP 15 (parágrafo 28 a 31).

Abaixo relacionam-se os processos judiciais em curso, interpostos por terceiros ao Município de Matosinhos, cujo valor envolvido de indemnizações reclamadas é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade.

Quadro 15.2 - Passivos Contingentes

Natureza Passivos Contingentes	Estimativa efeito financeiro	Previsão reembolso	
		Data	Valor
Outros passivos contingentes	24 385 149,69	2023	1 001 085,95
TOTAL	24 385 149,69		

Mapa 15.2.1 - Relação dos processos arrolados como passivos contingentes

N.º PROCESSO	IDENTIFICAÇÃO DO RECLAMANTE	NATUREZA DA DÍVIDA RECLAMADA	ENCARGO EVENTUAL A SUPORTAR
1541/20.9BEPRT	VASCONCELOS RAMALHO, S.A	AÇÃO ADMINISTRATIVA	19 630 000,00
1518/20.4BEPRT	ABB - ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.	AÇÃO ADMINISTRATIVA	893 144,00
2191/21.8BEPRT	REDE AMBIENTE - ENG.SERV.S.A. (E OUTROS)	AÇÃO ADMINISTRATIVA	143 228,20
1624/21.8 BEPRT	REDE AMBIENTE - ENG.SERV.S.A. (E OUTROS)	AÇÃO ADMINISTRATIVA	2 049 954,30
1416.21.4BEPRT	CUNHA & BARROSO, LDA.	AÇÃO ADMINISTRATIVA	92 209,24
1419/21.9BEPRT	CUNHA & BARROSO, LDA.	AÇÃO ADMINISTRATIVA	98 307,79
254/22.1BEPRT	CUNHA & BARROSO, LDA.	AÇÃO ADMINISTRATIVA	55 911,77
331/11.4BEPRT	AUTORIDADE TRIBUTÁRIA - IVA 2007	AÇÃO ADMINISTRATIVA	421 308,34
332/11.2BEPRT	AUTORIDADE TRIBUTÁRIA - IVA 2008	AÇÃO ADMINISTRATIVA	515 475,30
255/11.5BEPRT	AUTORIDADE TRIBUTÁRIA - IVA 2008	AÇÃO ADMINISTRATIVA	485 610,75
TOTAL			24 385 149,69

15.3 – Ativos contingentes

Verifica-se, que decorrente da execução do contrato de concessão com a INDÁQUA, relativo aos investimentos a serem executados, os mesmos ainda não foram considerados no ano económico de 2022, dado não estarmos na posse dos elementos para considerarmos estes ativos nos termos da NCP4 (inexistência de suporte documental de validação desta informação, nomeadamente, sustentado pela apresentação das respetivas receções dos investimentos atestados e validados por uma comissão designada para o efeito, ou a própria comissão de acompanhamento da concessão atual).

Entretanto, passamos a divulgar as listagens dos investimentos realizados facultada pela INDÁQUA a ser trabalhada nos termos da NCP 5.

O Município de Matosinhos, no que refere à concessão da E-REDES (ex. EDP) reencetou as diligências a fim de obter dados para contabilização dos ativos inerentes à concessão, assim

como dos investimentos efetuados no decurso da mesma. Contudo até ao final do período de elaboração de contas não foram obtidas as informações necessárias (ver nota 4).

Nota 16 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio

O grupo municipal não efetuou transações em moeda estrangeira.

Nota 17 – Acontecimentos após data de relato

A apresentação dos documentos de consolidação de contas deste ano surge num dos momentos mais conturbados dos últimos anos. Em 24 de março de 2022, ocorreu a invasão da Ucrânia pela Rússia, sendo considerada a mais grave crise militar na Europa desde a Segunda Guerra Mundial.

Dada a situação de conflito na Ucrânia, o Estado Português disponibilizou vários serviços e meios de apoio para cidadãos portugueses e cidadãos ucranianos que já se encontram em Portugal ou que se estejam a deslocar para o país. Foi criado um programa especial de acolhimento para cidadãos ucranianos que venham para Portugal, que inclui várias medidas no âmbito do regime de proteção temporária. Este regime permite a atribuição automática de autorização de residência temporária e um título de proteção temporária, entre outros benefícios.

À data da elaboração das presentes demonstrações financeiras perfaz um ano desde que a invasão começou. O grupo municipal de Matosinhos não identificou circunstâncias que possam pôr em causa a continuidade das suas atividades no prazo mínimo de um ano, nomeadamente decorrentes dos desenvolvimentos atuais relacionados com o conflito iniciado na região da Ucrânia, dos quais não se espera impactos que obriguem a suspender ou reduzir significativamente a sua atividade.

Nota 18 – Instrumentos financeiros

18.1 - Ativos financeiros

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos financeiros, foi o seguinte:

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas 2022

Quadro 18.1 - Ativos Financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos		Diminuições		Quantia escriturada final
		Reversões de perdas por imparidade	Outros aumentos	Perdas por imparidade	Outras diminuições	
Caixa e seus equivalentes	38 108 310,26	0,00	325 614 884,44	0,00	328 987 695,59	34 735 499,11
Caixa	24 173,49	0,00	124 175 843,32	0,00	124 165 159,71	34 857,10
Depósitos bancários	38 084 136,77	0,00	201 439 041,12	0,00	204 822 535,88	34 700 642,01
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Ativo não corrente	1 721 298,16	0,00	22 203,48	0,00	185 630,26	1 557 871,38
Outros ativos financeiros	29 025,32	0,00	10 736,94	0,00	6 557,82	33 204,44
Devedores por empréstimos bonificados e sub. reembolsáveis	16 213,79	0,00	0,00	0,00	0,00	16 213,79
Outras contas a receber	1 676 059,05	0,00	11 466,54	0,00	179 072,44	1 508 453,15
Ativo corrente	46 897 436,01	0,00	218 952 870,83	310 936,64	217 718 839,70	47 820 530,50
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	3 164 910,68	0,00	57 143 934,57	0,00	56 826 666,03	3 482 179,22
Clientes, contribuintes e utentes	599 264,41	0,00	80 721 814,21	266 914,44	80 439 533,14	614 631,04
Outras contas a receber	42 997 585,91	0,00	80 906 774,23	44 022,20	80 284 754,45	43 575 583,49
Outros ativos financeiros	135 675,01	0,00	180 347,82	0,00	167 886,08	148 136,75
Total	86 727 044,43	0,00	544 589 958,75	310 936,64	546 892 165,55	84 113 900,99

18.1.1 Outras Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outras contas a receber tinha a seguinte decomposição:

Mapa 18.1.1 – Contas a receber

Outras contas a receber	2022	2021
Médio e Longo Prazo		
Devedores por contratos de concessão	1 508 453,15	1 676 059,05
Curto Prazo		
Adiantamento fornecedores	880 970,22	880 970,22
Cauções prestadas a terceiros	6 033,27	6 033,27
Devedores por contratos de concessão	3 659 653,50	230 916,71
Devedores por acréscimos	38 057 672,94	35 691 787,00
Outros devedores	971 253,56	6 187 878,71
TOTAL	45 084 036,64	44 673 644,96

18.2 - Passivos financeiros

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos passivos financeiros, foi o seguinte:

Quadro 18.2 - Passivos Financeiros

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos	Diminuições	Quantia escriturada final
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	39 036 171,92	6 432 844,92	5 993 847,29	39 475 169,55
Outras contas a pagar	6 853,06	4 646,33	3 075,09	8 424,30
Passivo corrente				
Credores por trans ferências e subsídios não reembols	6 150,00	14 683 081,86	14 629 831,86	59 400,00
Fornecedores	1 658 683,75	89 197 528,09	88 859 671,65	1 996 540,19
Financiamentos obtidos	2 904 050,81	6 145 602,33	5 750 836,04	3 298 817,10
Fornecedores de investimentos	585 664,36	69 126 846,12	69 519 963,79	192 546,69
Outras contas a pagar	18 112 114,78	135 265 421,18	138 642 393,92	14 735 142,04
Outros passivos financeiros	73 878,91	16 302 411,16	16 315 564,29	60 725,78
Total	62 383 567,59	337 158 381,99	339 715 183,93	59 826 765,65

18.2.1 - Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outras contas a pagar tinha a seguinte decomposição:

Mapa 18.2.1 – Contas a pagar

Outras contas a pagar	2022	2021
Médio e Longo Prazo		
Outros credores	3 777,97	6 853,06
Cauções	4 646,33	0,00
Curto Prazo		0,00
Credores por acréscimos	8 841 296,08	9 349 128,71
Credores por subscrição não libertadas	0,00	0,00
Cauções	5 270 975,57	6 893 831,23
Outros credores	622 870,39	1 869 154,84
TOTAL	14 743 566,34	18 118 967,84

18.3 - Participações financeiras

Em 01 de janeiro de 2021, deu-se a Intermunicipalização da STCP, dando cumprimento do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 151/2019, de 11 de outubro, através da transferência

de 7.717.050 ações, com um valor nominal de 5 euros, representativas de 11,98% do capital social da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A. que estavam na posse do Estado através da Direcção-Geral do Tesouro.

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada das participações financeiras, foi o seguinte:

Quadro 18.3 - Participações financeiras

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Anulações de consolidação	Quantia escriturada final	% de participação
		Compras	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas por imparidade	Outros			
Participações financeiras - Método Equivalência Patrimonial	16 681 076,87	0,00	0,00	1 408 353,49	0,00	0,00	13 791,39	1 186 195,64	16 889 443,33	
MS - Matosinhos Sport, EM, S.A.	281 502,37						13 791,39	267 710,98	0,00	100,00
MH - Matosinhos Habitação, EM	823 699,80			94 784,86				918 484,66	0,00	100,00
STCP - Soc. Transportes Coletivos do Porto, E.I.M, S.A.	15 575 874,70			1 313 568,63					16 889 443,33	11,98
Participações financeiras - custo	3 789 781,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		3 779 781,00	
Leixões S. C. - Futebol, SAD ¹	10 000,00								0,00	0,33
AdP - Águas do Douro e Paiva, S.A.	1 127 560,00					10 000,00			1 127 560,00	5,39
Metro do Porto, S.A.	5,00								5,00	0,00
Fundação de Serralves	100 000,00								100 000,00	0,65
Fundação Casa da Música	100 000,00								100 000,00	0,08
Adeporto - Agência de Energia do Porto	23 125,00								23 125,00	11,36
FAM - Fundo de Apoio Municipal	2 429 091,00								2 429 091,00	0,58
Outros ativos financeiros										0,00
TOTAL	20 470 857,87	0,00	0,00	1 408 353,49	0,00	10 000,00	13 791,39		20 669 224,33	

As colunas de “Aumentos – Outros” e de “Diminuições – Outras” nas “Participações de capital – Método Equivalência Patrimonial” refletem os ajustamentos nas participações da Matosinhos Sport E.M., Matosinhos Habit, E.M. e STCP - Soc. Transportes Coletivos do Porto, E.I.M, S.A., em função dos respetivos resultados, derivados da aplicação do método de equivalência patrimonial.

Nota 19 – Benefícios dos empregados

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais determinadas legalmente em matéria laboral.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos do período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação aplicável em matéria laboral, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir obrigatoriamente com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelos que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Mapa 19.1 - Gastos com o pessoal

Gastos totais reconhecidos na demonstração de resultados	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	492 060,75	503 325,01
Remunerações do pessoal	36 916 226,83	34 783 608,00
Indemnizações	36 585,82	37 035,77
Encargos Remunerações - Sistemas Proteção Social	8 375 193,17	7 921 090,52
Acid. no trab. e doenças profissionais - Acidentes no trabalho	140 285,51	109 375,23
Acid. no trab. e doenças profissionais - Seguro Acidentes Trab.	543 946,73	420 877,90
Outros gastos com o pessoal	556 930,96	567 588,66
Outros encargos sociais - Subsídios de parentalidade	67 538,59	44 780,12
Outros encargos sociais - Encargos com a saúde	1 035 894,60	1 034 623,46
Outros encargos sociais - Subsídio familiar a crianças jovens	92 434,75	98 475,41
Outros encargos sociais - Outras prestações familiares	59 088,82	50 608,35
Gastos com o pessoal	48 316 186,53	45 571 388,43

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Nos quadros abaixo segue demonstração das transações efetuadas entre as entidades do grupo municipal:

Quadro 20.1 - Divulgações de partes relacionadas - Listagem de Entidades controladas

Designação	Tipo Entidade	Sede	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final
					Direto	Indireto	
MH - MATOSINHOSHABIT, EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE MATOSINHOS, E.M.	EM	Rua de Alfredo Cunha, 99 - 1.º 4450-025 Matosinhos	264 362,89	918 484,66	100,00%		100,00%
MS - MATOSINHOS SPORT, EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO E EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E DE LAZER, E.M.	EM, SA	Rua Nova do Estádio 4460-381 Sra. da Hora	50 000,00	267 710,98	100,00%		100,00%
STCP - SOCIEDADE TRANSPORTES COLETIVOS DO PORTO, E.I.M., S.A.	EIM, S.A.	Av. Fernão de Magalhães, Nº 1862 - 13º 4350-158 Porto	90 000 000,00	16 889 443,33	11,98%		11,98%

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas 2022

Quadro 20.2 - Divulgações de partes relacionados - Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
MH - MATOSINHOSHABIT, EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE MATOSINHOS, E.M.	Entidade Controlada	Subsídios à exploração	695 000,00	7,22%	0,00
		Gastos	7 263,78	0,08%	0,00
		Investimentos em ativos não financeiros	1 728 834,78	17,96%	0,00
MS - MATOSINHOS SPORT, EMPRESA MUNICIPAL DE GESTÃO E EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E DE LAZER, E.M.	Entidade Controlada	Subsídios à exploração	4 002 965,00	41,60%	0,00
		Gastos	71 345,92	0,74%	0,00
		Investimentos em ativos não financeiros	364 846,85	3,79%	0,00
STCP - SOCIEDADE TRANSPORTES COLETIVOS DO PORTO, E.I.M, S.A.	Entidade Controlada	Acerto das Obrigações de Serviço Público Relativo a 2021. Nos Termos do ponto 2 do Anexo A do Terceiro Aditamento do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros Explorado pela STCP	814 005,81	8,46%	0,00
		Contrato de Concessão de Serviço de Transporte Rodoviário de Passageiros Explorado pela STCP	2 188 297,00	16,49%	0,00
		Reforço das linhas pendulares 501 e 600	1 777,62	0,02%	0,00
		Transferência p/ Equilíbrio Financeiro (art.º 40.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto)	350 332,52	3,64%	0,00

No que refere à relação entre as partes, a participação na STCP é enquadrada, nos termos dos artigos 7º e 19º da Lei n.º 50/2012, de 31 agosto, conjugado com a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, o que nos remete para aplicação do método de equivalência patrimonial.

Uma entidade que exerce controlo conjunto ou influência significativa sobre uma participada deve contabilizar o seu investimento numa associada ou empreendimento conjunto usando o método da equivalência patrimonial de acordo com a NCP 23 (parágrafo 5).

Ao abrigo do disposto no artigo 40.º da Lei n.º 50/2012 e após apreciação das demonstrações financeiras definitivas da STCP relativamente ao exercício de 2022, verifica-se haver lugar à transferência financeira do Município de Matosinhos na proporção da percentagem detida, no valor de 1.030.932,50€, tendo sido considerado esse montante nas demonstrações financeiras consolidadas.

Quadro 20.3 - Ajustamentos em Ativos financeiros

Entidade Participada	Ajusto do valor da Participação Financeira por Aplicação do MEP	Ajusto do valor da Participação Financeira por Aplicação do MEP - RLE
Matosinhos Habit		94 784,86
Matosinhos Sport	-10 591,96	-3 199,43
STCP	186 522,84	10 033,75
Anulações de consolidação		-91 585,43
TOTAL	175 930,88	10 033,75

O Património/Capital do grupo municipal teve uma variação de 2,4% relacionado com inventariações no município de bens não inventariado aquando do balanço inicial.

Quadro 20.4 - Património/Capital

Designação	2022	2021	Variação	
			Valor	%
Património/Capital	479 769 843,51	479 654 521,76	115 321,75	0,024%

Nota 21 – Relato por segmentos

A atividade do grupo municipal de Matosinhos não origina o relato de informação financeira descrita na NCP 25.

Nota 22 – Interesses em outras entidades

Os interesses em outras entidades encontram-se na nota 18.3.

Nota 23 – Outras divulgações

De seguida apresenta-se o detalhe de algumas rubricas do balanço e demonstração de resultados consolidados.

23.1 – Estado e Outros Entes Públicos

Mapa 23.1 – Estado e outros entes públicos

Estado e outros entes públicos	31/12/2022		31/12/2021	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Retenção de impostos sobre rendimentos	623,64	21 604,18	623,64	19 117,70
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	207 695,53	51 199,41	174 710,53	100 995,97
IVA A pagar/recuperar	72 020,52	51 199,41	39 035,52	100 995,97
IVA Regularizações	135 675,01	0,00	135 675,01	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	99 346,10	0,00	46 053,11
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	23 349,38	0,00	11 383,55	4 919,47
TOTAL	231 668,55	172 149,69	186 717,72	171 086,25

23.2 – Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Diferimentos tinha a seguinte decomposição:

Mapa 23.2 – Diferimentos

Diferimentos	31/12/2022		31/12/2021	
	Curto prazo	M/L prazo	Curto prazo	M/L prazo
Gastos a reconhecer	1 570 756,38	140 243,77	323 991,77	64 005,11
Transferências e subsídios concedidos com condições	0,00	0,00	0,00	0,00
Seguros	67 582,06	0,00	68 276,55	0,00
Rendas	31 538,91	0,00	38 012,99	0,00
Outros custos diferidos	1 471 635,41	140 243,77	217 702,23	64 005,11
Rendimentos a reconhecer	3 668 584,19	1 508 453,15	214 394,87	5 400 059,05
Rendas	72 241,50	0,00	46 444,70	0,00
Concessão EDP	3 428 736,79	0,00	0,00	0,00
Concessão Indáqua	167 605,90	1 508 453,15	167 605,90	1 676 059,05
Outros rendimentos diferidos	0,00	0,00	344,27	3 724 000,00

23.3 – Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos tinha a seguinte decomposição:

Mapa 23.3 – Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	2022	2021
Subcontratos e parcerias	19 285 574,64 €	13 636 499,40 €
Serviços especializados	1 306 400,55 €	2 090 437,04 €
Publicidade, comunicação e imagem	1 361 478,83 €	1 132 749,55 €
Vigilância e segurança	1 518 215,02 €	1 521 578,13 €
Honorários	608 754,24 €	599 825,36 €
Comissões	1 390 194,06 €	1 296 794,00 €
Conservação e reparação	3 098 322,40 €	3 025 421,16 €
Outros serviços especializados	286 917,62 €	88 911,16 €
Materiais de consumo	412 473,76 €	132 665,46 €
Energia e fluidos	1 822 659,78 €	4 527 882,83 €
Deslocações, estadas e transportes	216 249,28 €	50 975,97 €
Rendas e alugueres	940 626,50 €	776 550,54 €
Comunicação	265 902,45 €	241 734,73 €
Seguros	357 373,09 €	341 976,23 €
Royalties	17 829,58 €	2 522,49 €
Contencioso e notariado	87 168,56 €	45 613,92 €
Despesas de representação dos serviços	15 480,14 €	12 479,63 €
Limpeza, higiene e conforto	827 853,69 €	699 206,28 €
Outros serviços	3 117 893,16 €	2 783 174,62 €
Total	36 937 367,35 €	33 006 998,50 €

23.4 - Outros Gastos

Em 31 de Dezembro de 2022, a rubrica de Outros Gastos apresenta a seguinte decomposição:

Mapa 23.4 – Outros Gastos

Outros Gastos	2022	2021
Outros gastos	5 234 666,45	5 189 879,47
Impostos e taxas	16 079,23	282 371,21
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	27 843,41	10 901,66
Alienações	4 838,40	0,00
Permutas	0,00	0,00
Abates	108 992,77	0,00
Correções de impostos relativos a períodos anteriores	780 207,49	2 228 311,11
Devolução de transferências e subsídios obtidos	0,00	48 306,62
Outras correções relativas a períodos anteriores	2 271 933,97	1 751 364,69
Quotizações	164 126,59	129 060,43
Diferenças de câmbio desfavoráveis na atividade operacional	0,00	1,58
Outros não especificados	1 860 644,59	739 562,17

23.5 - Transferências e Subsídios Concedidos

Em 31 de Dezembro de 2022, a rubrica de Transferência e Subsídios concedidos a seguinte decomposição:

Mapa 23.5 – Transferências e Subsídios Concedidos

Outros Gastos	2022	2021
Transferências correntes concedidas	13 304 405,87	16 906 159,60
Subsídios correntes concedidos	1 512 200,53	3 463 660,87
Transferências de capital concedidas	3 045 131,33	2 530 209,01
Transferências para cobertura de prejuízos	1 381 265,02	0,00

ANEXO DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Exercício de 2022

Demonstrações orçamentais

Por norma os sistemas orçamentais classificam as receitas de acordo com a natureza económica e fundos e as despesas segundo a natureza económica, administrativa, funcional e programática, esta última associada à orçamentação por programas ou por desempenho.

Os classificadores orçamentais são um elemento estruturante de qualquer sistema de gestão orçamental, pois definem a forma como os orçamentos são apresentados, executados e relatados, tendo uma correlação direta com a transparência e coerência do orçamento.

As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental. ...” Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, NCP 26.

No que se refere à Elaboração e Aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2022, o grupo municipal de Matosinhos, adotou o parecer da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), divulgada pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), através do Ofício Circular n.º 1323/2019, de 23/09/2019 e n.º 2 do Artigo 105.º da Lei n.º 12/2022 de 27 de junho do (Orçamento do Estado para 2022): “Nos anos de 2022 e 2023, não é obrigatória para as entidades da administração local a elaboração das demonstrações financeiras previsionais previstas no parágrafo 17 da Norma de Contabilidade Pública 1 (NCP 1) do SNC-AP.”

As presentes demonstrações orçamentais foram preparadas de acordo com a NCP 26 – Contabilidade de Relato Orçamental, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC-AP).

O SNC-AP introduziu o conceito de plano de contas multidimensional (PCM) para que a mesma estrutura de codificação possa promover a comparabilidade da informação financeira e orçamental entre as entidades públicas, fazendo parte dele o quadro de correspondência entre

as rubricas orçamentais e as contas do PCM.

A Unileo definiu, no Manual de Implementação do SNC-AP, a correspondência entre os códigos da classificação económica da receita e da despesa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, e as rubricas das demonstrações orçamentais.

Da mesma forma, as fontes de financiamento foram associadas em quatro grandes grupos: Receitas gerais, Receitas próprias, União europeia e Empréstimos.

No que respeita à receita, o circuito manteve-se o mesmo, isto é: Liquidação, Anulação e Recebimentos. Os Reembolsos e Restituições deixaram de pertencer ao circuito da despesa passando a ser apenas uma regularização de um recebimento indevido. Passou a existir o reconhecimento de montantes a liquidar em anos futuros.

Na despesa, mantiveram-se as fases do Cabimento, do Compromisso, da Obrigação, do Pagamento e da Reposição abatida ao pagamento, tendo passado a existir o reconhecimento de Obrigações em anos futuros.

Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

Período de relato, referencial contabilístico e demonstrações financeiras

O Município de Matosinhos adotou, com efeitos a 1 de janeiro de 2020, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Nesse âmbito, as demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com esse sistema contabilístico.

Perímetro

O parágrafo 23 da NCP 26 do SNC-AP define o perímetro de consolidação orçamental, que será composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsector nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas

Nacionais e Regionais. Com base nesse pressuposto o grupo municipal reflete-se da seguinte forma:

Entidade	Entidade incluída contas setoriais do INE	Incluir
Município de Matosinhos	Sim	Sim
Matosinhos Habit	Sim	Sim
Matosinhos Sport	Não	Não
STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, E.I.M., S.A.	Não	Não

O perímetro para a consolidação orçamental é composto pelas entidades do Grupo que, no período contabilístico, integraram o orçamento do Orçamento do Estado e, por conseguinte, o perímetro de consolidação das administrações públicas, pelo que apenas engloba as entidades Município de Matosinhos e Matosinhos Habit.

Método de Consolidação

Aplicar-se-á o método de consolidação simples para efeitos de preparação de demonstrações orçamentais consolidadas sendo suportado pelas contas da Classe zero — Contabilidade Orçamental. Este método traduz -se na soma algébrica de rubricas equivalentes de obrigações, de pagamentos, de liquidações e de recebimentos das demonstrações orçamentais individuais das entidades pertencentes ao perímetro de consolidação e na posterior eliminação, tendo em consideração as entidades dependentes de cada um dos níveis de consolidação, dos saldos resultantes de obrigações e liquidações recíprocas por natureza, assim como dos saldos de pagamentos e recebimentos de operações internas por natureza.

Mapas Orçamentais

Os mapas da consolidação orçamental refletem-se pelas seguintes demonstrações:

Demonstração consolidada do desempenho orçamental

Uma demonstração de desempenho orçamental, evidencia as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário).

Face ao ano anterior acresce a rubrica D6 – Aquisição de bens de capital e D8 – Outras despesas de capital no valor de 154.190,70.

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Uma demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, evidencia as importâncias relativas a todos os direitos e obrigações no final do período contabilístico, ao nível orçamental.

Transferências e Subsídios Concedidos e Obtidos

As transferências obtidas quer ao nível de corrente como de capital representam quase 40% da receita efetiva do grupo municipal orçamental. Balanceando com os 16% da despesa efetiva.

Dos movimentos ocorridos nas transferências foi eliminado o valor dos subsídios atribuídos à Matosinhos Habit, relativo ao contrato programa no valor de 695.000€.

Transferências e Subsídios Obtidas

Outros Rendimentos	2022	2021
Transferências e subsídios correntes obtidos		
Transferências correntes	42 816 112,81	37 636 143,60
Transferências capital	10 431 006,41	16 072 883,93
Subsídios	0,00	0,00
TOTAL	53 247 119,22	53 709 027,53

Transferências e Subsídios Concedidas

Outros Gastos	2022	2021
Transferências e subsídios concedidos		
Transferências correntes *	14 709 695,24	16 777 600,78
Transferências capital *	2 944 139,56	2 570 911,68
Subsídios	8 475 999,98	4 213 366,88
TOTAL	26 129 834,78	23 561 879,34

* Comparabilidade face ao ano anterior acresce a rubrica D6 e D8 do DDORC no valor de 154.190,70 e ajuste de consolidação de 300.000,00

8

Certificação Legal de Contas



Consolidação de Contas

Relatório de Atividades e de Gestão

2022

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Grupo Público Município de Matosinhos (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 766.583.303 euros e um total de património líquido de 692.405.465 euros, incluindo um resultado líquido de 9.958.190 euros), a demonstração dos resultados por natureza consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reserva”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo Público Município de Matosinhos em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

Apesar das diligências encetadas pelo Grupo Público Município de Matosinhos junto das Entidades Concessionárias, até à presente data não foram disponibilizadas as informações necessárias ao registo da totalidade dos ativos concessionados, nem dos investimentos efetuados por aquelas entidades dentro do período de concessão, conforme preconizado na NCP 4 - Acordos de concessão.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das Entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

9.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 174.654.708 euros e um total de despesa paga líquida de reposições de 147.588.326 euros) e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza em 31 de dezembro de 2022.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reserva” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, e exceto quanto ao facto de não conter as divulgações aplicáveis ao subsetor da administração local, previstas na NCP 27 –

Contabilidade de Gestão, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e as demonstrações orçamentais consolidadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 14 de junho de 2023



CROWE & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Carla Manuela Serra Gerales

Registo na OROC n.º 1127

Registo na CMVM com o n.º 20160739

RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo Público Município de Matosinhos (o Grupo), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2022, os quais são da responsabilidade do Órgão de Gestão do Grupo.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade do Grupo, bem como das principais entidades englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal em vigor, tendo recebido do órgão de gestão e dos diversos serviços do Grupo as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022, a Demonstração dos resultados por natureza consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo. Adicionalmente, analisámos o Relatório Consolidado de Gestão e as demonstrações orçamentais consolidadas do ano de 2022. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas Consolidadas que inclui uma reserva, e onde concluímos que o Relatório de Gestão não contém as divulgações aplicáveis ao subsector da administração local, prevista na NCP 27 – Contabilidade de Gestão.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas, o Relatório Consolidado de Gestão e as demonstrações orçamentais consolidadas estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados.

Desejamos ainda manifestar ao Órgão de Gestão e aos serviços do Município de Matosinhos o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 14 de junho de 2023


CROWE & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Carla Manuela Serra Galdes
Registo na OROC nº 1127
Registo na CMVM com o nº 20160739